

COLLECCÃO DAS LEIS

DO

IMPERIO DO BRAZIL

DE

1830

PARTE SEGUNDA.



RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA NACIONAL
1876.

INDICE

DOS

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DE

1830

PART E II.

	Págs.
Decreto de 12 de Janeiro de 1830. — Autoriza o Conde de Linhares, subdito portuguez, a formar uma companhia para os trabalhos de mineração em terras que possui na Provincia de Minas Geraes.....	1
Decreto de 15 de Janeiro de 1830. — Autoriza a criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e approva os seus estatutos.....	2
Decreto de 18 de Janeiro de 1830. — Marca os uniformes dos officiaes honorarios da armada.....	11
Decreto de 21 de Janeiro de 1830. — Declara quaes os empregos militares incompativeis com as funções de Juizes de Paz, e seus empregados.....	14
Decreto de 28 de Janeiro de 1830. — Marca a gratificação annual de 200\$000 ao official-maior e officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça.....	12
Decreto de 4 de Fevereiro de 1830. — Dá organização á Administração do Correio da Provincia da Bahia.	14

	PAGS.
Decreto de 5 de Fevereiro de 1830.—Dá organização á Administração do Correio da Provincia do Ceará.	15
Decreto de 9 de Fevereiro de 1830.—Declara sem affeito o Decreto de 9 de Setembro de 1829, que deu nova organização á Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra.....	15
Decreto de 12 de Fevereiro de 1830.—Nomeia uma commissão encarregada da organização de um novo systema monetario.....	16
Decreto de 1.º de Março de 1830.—Crêa uma cadeira de primeiras letras no lugar da Passagem, termo da Cidade Cabo-Frio.....	17
Decreto de 8 de Março de 1830.—Faz extensivo ao corpo de artilharia de marinha o perdão concedido aos desertores do Exercito pelo Decreto de 18 de Outubro de 1829.....	17
Decreto de 10 de Março de 1830.—Concede a diaria de 320 réis aos meirinhos dos bairros da Candelaria e Sé.	18
Decreto de 12 de Março de 1830.—Crêa uma cadeira de primeiras letras na villa de Valença.....	19
Decreto de 17 de Março de 1830.—Fixa provisoriamente a concessão annual que devem perceber os Parochos do Bispado de Goyaz.....	19
Decreto de 26 de Março de 1830.—Manda pagar 800\$000 annuaes em compensação da cessão do resto do edificio da prisão do Aljube.....	20
Decreto de 26 de Março de 1830.—Encarrega a Imperial Junta do Commercio, da guarda e direcção dos depositos da Corte.....	21
Decreto de 26 de Março de 1830.—Amplia a autorização concedida ao Conde de Linhares, á mineração de terras que venha a possuir, e permite que a companhia por elle organizada se denomine—Barra e Castro, Sociedade Imperial Brasileira.....	22
Decreto de 2 de Abril de 1830.—Dá organização á Administração do Correio da Provincia de Santa Catharina.....	22
Decreto de 2 de Abril de 1830.—Dá organização á Administração do Correio da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.....	23
Decreto de 2 de Abril de 1830.—Dá organização á Administração do Correio da Provincia de Pernambuco.	24
Decreto de 10 de Abril de 1830.—Perdão a Roberto Steel a pena de prisão que lhe foi imposta.....	25
Decreto de 10 de Abril de 1830.—Approva o estabelecimento de Escolas Normaes de differentes disciplinas projectado pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.....	25
Decreto de 16 de Abril de 1830.—Dá organização á Administração do Correio da Provincia de S. Paulo....	27
Decreto de 22 de Abril de 1830.—Autoriza a João da Rocha Pinto a organizar em Londres uma Companhia, para os trabalhos de mineração na Provincia de Minas Geraes ou na de Goyaz.....	28

	PAGE.
Decreto de 27 de Abril de 1830. — Autoriza a Francisco Gomes da Silva a organizar em Londres uma sociedade, para os trabalhos de mineração na Província de Minas Geraes ou na de Goyaz.....	28
Decreto de 4 de Maio de 1830. — Encarrega a Antonio José de Castro, Thomaz José de Castro, e Bernardo Joaquim Pereira de Altonseca, da guarda e direcção dos depositos desta Corte.....	29
Decreto de 14 de Maio de 1830. — Providencia a respeito da escripturação da receita e despesa dos mestres das officinas dos Arsenaes de Marinha.....	31
Decreto de 15 de Maio de 1830. — Crêa cadeiras de primeiras letras na villa do Paty do Alferes, nas freguezias de Sacra Família e da Parahyba, e o curato de Santa Anna de Cebolas e de Mattosinhos...	34
Decreto de 15 de Maio de 1830. — Crêa cadeiras de primeiras letras nos curatos das Dores e de Santo Antonio da Conservatoria.....	35
Decreto de 27 de Maio de 1830. — Da organização á administração do Correio da Província das Alagoas.....	35
Decreto de 27 de Maio de 1830. — Da organização á administração do Correio da Província da Parahyba.....	35
Decreto de 12 de Junho de 1830. — Manda pagar pela folha civil a gratificação concedida ao Major Pedro Pereira Corrêa de Senna pela descoberta da verdadeira quina officinal na Província de Minas Geraes.	37
Decreto de 14 de Junho de 1830. — Crêa cadeiras de primeiras letras nas villas de S. Francisco Xavier de Itaguary, e na povoação de Mangaratiba.....	37
Decreto de 25 de Junho de 1830. — Reduz a uma só, as oito loterias concedidas para auxilio das despesas com a edificação de uma nova cadeia e casa da Camara da villa de Queluz.....	38
Decreto de 8 de Julho de 1830. — Declara que a faculdade concedida ao Doutor Jorge Such para a formação de uma Companhia de mineração, comprehende os outros socios.....	39
Decreto de 24 de Julho de 1830. — Autoriza a Alexandre João Heartherly a organizar uma Companhia para os trabalhos de mineração em terras que pretende comprar na Província de Minas Geraes....	40
Decreto de 30 de Julho de 1830. — Autoriza a Antonio Luiz Fernandes Pinto a organizar uma Companhia para os trabalhos de mineração em terras que pretende comprar na Província de Mato Grosso.....	41
Decreto de 6 de Agosto de 1830. — Autoriza a Sannet Philipps & C. ^a a organizar em Londres uma sociedade para os trabalhos de mineração em qualquer das Províncias do Imperio, onde a mesma mineração é permittida.....	44
Decreto de 23 de Agosto de 1830. — Autoriza a Joaquim José de Siqueira a organizar uma companhia para os trabalhos de mineração na Província de Minas Geraes ou na de Goyaz.....	42

	Págs.
Decreto de 3 de Setembro de 1830. — Convoca extraordinariamente a Assembléa Geral Legislativa para o dia 8 do corrente, encerrando os seus trabalhos no ultimo de Outubro.....	43
Decreto de 27 de Setembro de 1830. — Supprime o emprego de Capellão do Arsenal de Marinha da Bahia....	43
Decreto de 27 de Setembro de 1830. — Concede a José Bernardes Monteiro, Director do Theatro de S. Pedro de Alcantara, tres loterias para sustentação do mesmo Theatro.....	44
Decreto de 27 de Setembro de 1830. — Concede autorização a José Maria Velho da Silva para organizar uma Companhia para os trabalhos de mineração nas Províncias de Minas Geraes, Goyaz ou Mato Grosso.	45
Decreto de 30 de Setembro de 1830. — Exonera o Marquez de Barbacena do cargo de Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda por ter de prestar contas das grandes despesas que fizera pela caixa de Londres.....	45
Decreto de 21 de Outubro de 1830. — Proroga a sessão extraordinaria da Assembléa Geral Legislativa até o dia 30 de Novembro.....	46
Decreto de 4 de Novembro de 1830. — Manda dispensar do serviço de segunda linha os supplentes dos Fiscacs, e Ajudantes de Porteiro das Camaras Municipaes.	46
Decreto de 10 de Novembro de 1830. — Crêa uma cadeira de primeiras letras para meninas na villa de Nova Friburgo.....	47
Decreto de 17 de Novembro de 1830. — Manda que na Provincia de Mato Grosso se conservem no exercicio de Officiaes de quarteirões os cidadãos alistados na segunda linha.....	48
Carta Imperial de 18 de Novembro de 1830. — Concede a Carlos Bertram a propriedade e uso exclusivo por 10 annos do alambique de distillação, de que é inventor.....	48
Carta Imperial de 26 de Novembro de 1830. — Concede a Fernando Joaquim de Mattos a propriedade e uso exclusivo por 20 annos de uma moenda de engenho de moer canna, de que é inventor.....	49
Carta Imperial de 26 de Novembro de 1830. — Concede a Fernando Joaquim de Mattos, a propriedade e uso exclusivo por 2 annos de uma roda motora applicavel a qualquer engenho, de que é inventor.	50
Decreto de 3 de Dezembro de 1830. — Dá instrucções para execução da Lei de 10 de Setembro ultimo sobre passaportes.....	51
Carta Imperial de 14 de Dezembro de 1830. — Concede a Eliza Roux a propriedade e uso exclusivo por 10 annos de uma machina para a locção do ouro, de que é inventor, e lhe faz cessão Frederico Bauer.....	54
Decreto de 17 de Dezembro de 1830. — Supprime o lugar de Intendente da Marinha da Provincia do Rio Grande do Sul.....	58

	Págs.
Decreto de 20 de Dezembro de 1830. — Dissolve os batalhões compostos de estrangeiros.....	55
Decreto de 22 de Dezembro de 1830. — Concede duas loterias para as obras da Matriz do Santissimo Sacramento desta Cidade.....	56
Decreto de 24 de Dezembro de 1830. — Dá providencias para que não soffra o serviço publico durante a visita de Sua Magestade o Imperador á Provincia de Minas Geraes.....	57
Decreto de 24 de Dezembro de 1830. — Encarrega o Ministro da Justiça do expediente do Ministerio do Imperio durante a ausencia do respectivo Ministro que acompanha Sua Magestade o Imperador á Provincia de Minas Geraes.....	58
Decreto de 24 de Dezembro de 1830. — Nomeia os membros da commissão que deve tomar contas á caixa de Londres.....	58
Carta Imperial de 29 de Dezembro de 1830. — Concede a José Paula Figueirôa Nabuco a propriedade e uso por 20 annos de diversos trabalhos sobre a administração publica, de que é autor.....	59
Carta Imperial de 30 de Dezembro de 1830. — Concede a Joaquim Marques de Oliveira e Souza a propriedade e uso exclusivo, por 10 annos, de uma cadeira de rodas para condução de alciados, de que é inventor.....	60

ADDITAMENTO.

Falla com que Sua Magestade o Imperador abriu a Assembléa Geral no dia 3 de Maio de 1830.....	3
Acto Diplomatico de 26 de Maio de 1830. — Declaração dos Commissarios do Brazil e das Provincias Unidas do Rio da Prata, sobre a Constituição Política da Provincia de Montevideo.....	5
Falla com que Sua Magestade o Imperador encerrou a sessão ordinaria da Assembléa Geral Legislativa, no dia 3 de Setembro de 1830.....	6
Falla com que Sua Magestade o Imperador abriu a sessão extraordinaria da Assembléa Geral Legislativa, no dia 8 de Setembro de 1830.....	7
Falla com que Sua Magestade o Imperador encerrou a sessão extraordinaria da Assembléa Geral Legislativa, no dia 30 de Novembro de 1830.....	8

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1830

DECRETO — DE 12 DE JANEIRO DE 1830.

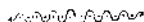
Autoriza o Conde de Linhares, subdito portuguez, a formar uma companhia para os trabalhos de mineração em terras que possui na Provincia de Minas Geraes.

Tendo-me representado o Conde de Linhares, D. Victorio de Souza Coutinho, a necessidade, em que se acha, de formar uma Companhia de socios nacionaes e estrangeiros, que possam emprender os trabalhos de mineração n'umas terras, que o supplicante possui na Provincia de Minas Geraes, visto que elle nem póde administral-as pessoalmente, nem tem meios, com que haja de dar-lhes a conveniente applicação; pedindo-me para esse effeito a faculdade, que lhe é indispensavel, como estrangeiro: Hei por bem, em attenção aos motivos ponderados, autorizar ao supplicante, para effectuar a sociedade de mineração, que refere, ficando os seus socios sujeitos ás Leis do Imperio, e obrigados a pagar sómente os impostos nestas declarados, ou que para o futuro se determinarem.

O Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Janeiro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Caravellas.



DECRETO DE 15 DE JANEIRO DE 1830.

Autoriza a creação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, e approva os seus estatutos.

Tendo subido á Minha Augusta Presença uma representação de alguns medicos, e cirurgiões desta Cõrte, que, para o importante fim de promoverem por todos os meios a saude publica, formaram uma associação com o titulo de — Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro — pedindo-me a graça de autorizal-a com o Meu Imperial Beneplacito; e reconhecendo Eu que desta fundação muitas vantagens devem resultar pelos esforços reunidos de seus membros, para a formação de regulamentos sanitarios, estabelecimento de hospitales, e reforma dos existentes, e tambem pela propagação de conhecimentos uteis levados a todas as partes do Imperio, por meio das correspondencias da Sociedade sobre os differentes ramos da mesma sciencia; Hei por bem Approval-a, e igualmente os seus estatutos, que com este baixam assignados pelo Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Janeiro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Caravellas.

Estatutos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.

A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro institue-se para se occupar de todos os objectos, que podem contribuir para os progressos dos differentes ramos da arte de curar; para communicar ás autoridades competentes pareceres sobre a hygiene publica; para responder ás questões do Governo sobre tudo o que respeita a saude publica, principalmente sobre as epidemias, casos de medicina legal, doenças reputadas contagiosas, e capazes de serem importadas de paizes estrangeiros; sobre a propagação da vaccina, o exame de remédios novos e secretos, de descobertas que podem ter resultados vantajosos, ou nocivos na sua applicação na medicina, sobre as aguas mineraes, naturaes ou artificiaes, epizotias, etc.

O fim da Sociedade é melhorar o exercicio da medicina, e esclarecer as questões numerosas que respeitam á salubridade das grandes cidades, e ao interior das Provincias do Imperio.

Por isso ella será composta especialmente de medicos, que contractam a obrigação de communicar aos seus collegas tudo o que lhes pôde fornecer a sua pratica, a sua leitura, e as suas meditações particulares. A Sociedade, estabelecendo assim um meio de união entre os homens da arte, contribuirá para excitar, e entreter entre elles a emulação, o amor da sciencia, e uma amizade fraternal.

Constituida em corpo scientifico, a Sociedade se tornará uma guarda vigilante da saude publica, sem esperar a paga de um salario, para cumprir dignamente o seu dever, e offerecerá nas occurrencias difficis um apoio salutar ao Governo, assignalando as causas, que ameaçam a saude publica, traçando as regras de conducta na invasão e marcha das epidemias, propondo leis sanitarias em harmonia com o estado actual dos conhecimentos medicos, com as relações commerciaes dos povos, e as instituições constitucionaes do Brazil.

A Sociedade de Medicina, guiando-se por sentimentos philantropicos, não pretende servir-se de nenhum ramo da arte de curar para seu proveito pecuniario; tambem não arrega a si os direitos do ensino publico, que pertencem ás Academias, Escolas ou Universidades, nem tão pouco pretende exercer monopolio da medicina entregue até aqui a individuos isolados, ou a juntas, es-

pecies de tribunaes arbitrarios, cujas sentenças têm sido no Brazil tão prejudiciaes aos progressos da medicina, como aos interesses da humanidade. Pelo contrario, a Sociedade se estabelece para o adiantamento das sciencias medicas no Imperio, para melhoramento da hygie-ne publica, objecto principal das suas sollicitudes, e para o interesse da humanidade, da classe pobre sobretudo, a quem ella prestará o soccorro dos seus conselhos em dias determinados para consultas gratuitas.

TITULO I.

COMPOSIÇÃO DA SOCIEDADE.

Art. 1.º A Sociedade de Medecina do Rio de Janeiro será composta de membros honorarios, titulares e socios correspondentes.

Art. 2.º O numero dos membros titulares é limitado, e não pôde exceder actualmente a 25. A Sociedade reserva a faculdade de traspassar este limite, quando as circumstancias o exigirem.

Art. 3.º O numero dos membros honorarios, e dos socios correspondentes é illimitado.

TITULO II.

ADMISSÃO DOS MEMBROS HONORARIOS, TITULARES, E SOCIOS CORRESPONDENTES.

Art. 1.º Os membros honorarios serão escolhidos entre os sabios nacionaes, entre pessoas que tiverem feito serviços assignalados á humanidade, ou que a tiverem servido com zelo em estabelecimentos publicos destinados a seu allivio; entre os membros titulares, que pela sua idade, ou enfermidades não puderem continuar a tomar parte activa nos trabalhos da Sociedade, e entre os medicos da capital já celebres.

Uma requisição por escripto dirigida ao Presidente é indispensavel a quem quizer ser admittido como membro honorario. A Sociedade tem o direito de conferir este titulo por aclamação.

Art. 2.º Os membros titulares serão escolhidos entre os medicos, cirurgiões, e bolicarios residentes no Rio

de Janeiro, ou suas vizinhanças, e para ser admittido como tal é preciso :

1.º Apresentar um diploma de doutor em medicina ou cirurgia, ou um titulo legal concedido por uma das escolas medicas estabelecidas no Brazil, ou pelas autoridades medicas estabelecidas antes da abolição da Physicatura, e as que se estabelecerem, ou tambem um titulo de boticario, chimico, e naturalista, apoiado por certificados authenticos, ou por obras vantajosamente conhecidas.

2.º Ser proposto, ou apresentado por um ou mais membros titulares.

3.º Dirigir uma requisição por escripto ao Presidente da Sociedade, acompanhada por um trabalho manuscripto qualquer sobre as sciencias medicas ou accessorias.

A nomeação de um membro titular se fará por meio do escrutinio, e passará á maioria absoluta de votos, achando-se indispensavelmente presentes na sessão os dous terços dos membros titulares

Todo o membro titular, que deixar para sempre a capital, ou por um longo espaço de tempo, será obrigado a participar a sua ausencia á Sociedade, a fim de que ella saiba se o deve considerar no numero dos titulares, ou correspondentes ; e se no fim de um anno a Sociedade não tiver recebido participação alguma, contará o membro ausente no numero dos correspondentes.

Art. 3.º Poderão ser admittidos no numero dos socios correspondentes os sabios nacionaes, e estrangeiros, os autores de obras de medicina offerecidas á Sociedade, os medicos estabelecidos nas diversas Provincias do Imperio, os boticarios, chimicos, e naturalistas, que se occupam com successo de trabalhos scientificos.

Os membros ou socios correspondentes, para serem admittidos, deverão apresentar uma obra sua, ou uma memoria em manuscripto, e dirigir uma requisição de seu punho ao Presidente da Sociedade.

Quando a nomeação versar sobre um sabio já conhecido, esta se fará por aclamação, a que precederá a proposta do mesmo, feita por um ou mais membros titulares. Nos outros casos ella se fará por via do escrutinio, e passará a maioria de votos, achando-se indispensavelmente na sessão os dous terços dos membros titulares.

Art. 4.º Os membros honorarios, titulares, e socios correspondentes receberão um diploma assignado pelo Presidente, e pelo Secretario, e sellado com o sello da Sociedade.

Uma carta, assignada pelos mesmos communicará a cada um dos membros a sua nomeação.

TITULO III.

ATTRIBUTOS DOS MEMBROS DA SOCIEDADE, E SUAS FUNÇÕES.

Art. 1.º Os membros titulares são os únicos que têm direito de votar na eleição da mesa da Sociedade, na nomeação dos membros honorarios, e correspondentes, na escolha das materias postas em concurso, nas questões que respeitam a contabilidade e a direcção dos trabalhos; e enfim em tudo o que interessa a existencia, desenvolvimento, e duração da Sociedade. Tambem só a elles pertence o direito de propôr.

Art. 2.º Os membros honorarios, e socios correspondentes têm somente voz deliberativa para discutir objectos scientificos.

Art. 3.º Os membros titulares são obrigados a assistir a cada sessão da Sociedade, sob pena de perder um tento, cujo valor será determinado segundo o motivo da falta. Os membros honorarios, e correspondentes tem a liberdade de assistir ou não ás sessões; mas obrigam-se todos para com a Sociedade a communicar-lhe os seus trabalhos, as suas pesquisas, e todos os pensamentos, que possam contribuir para a gloria e prosperidade della.

TITULO IV.

MESA DA SOCIEDADE, E FUNÇÕES DOS SEUS MEMBROS.

Art. 1.º A Sociedade terá uma Mesa composta de um Presidente temporario, eleito por 3 mezes, e de um Secretario, e um Archivista Thesoureiro, eleitos por um anno.

Art. 2.º A eleição da Mesa será feita pela Sociedade na primeira sessão particular que se seguir á sessão publica de cada anno; elegendo-se depois os Presidentes para os outros trimestres na ultima sessão ordinaria, presidida pelo que estiver em exercicio.

Art. 3.º A Sociedade elegirá tambem um Vice-Presidente, e um Secretario Adjunto, e separará as funções de Archivista, e Thesoureiro, quando as occupações de cada um delles forem mais numerosas.

Art. 4.º A Sociedade reconhece por Presidente honorario perpetuo S. Ex. o Sr. Ministro do Imperio, que a Constituição investir da direcção da instrucção publica, e de tudo que respeita ás associações sabias e industriaes.

Art. 5.º O Presidente honorario será convidado por uma deputação da Sociedade para assistir á sessão publica da installação, assim como poderá honrar com a sua presença as sessões publicas annuaes, e as particulares.

Art. 6.º As funcções do Presidente da Sociedade eleito temporariamente são :

- 1.ª Abrir e fechar as sessões.
- 2.ª Fazer executar os estatutos.
- 3.ª Lembrar os objectos de que se deve tratar, enunçados na ordem do dia, indicando-os em bilhetes de convite.
- 4.ª Dirigir as discussões, e recolher os votos.
- 5.ª Dirigir a palavra em nome da Sociedade, ou nomear um orador em seu lugar.
- 6.ª Nomear as commissões permanentes e temporarias.
- 7.ª Designar os relatores de obras, ou memorias manuscriptas.
- 8.ª Assignar os diplomas, processos verbaes, e actas da Sociedade.
- 9.ª Fazer o discurso de abertura da sessão publica, ou nomear para isso um dos membros.
- 10.ª Proclamar as questões postas em concurso, e os premios dados pela Sociedade.

Art. 7.º As funcções do Secretario são :

- 1.ª Redigir as actas das sessões.
- 2.ª Ler as actas das sessões antecedentes, assim como as cartas, memorias, e outros papeis enviados á Sociedade.
- 3.ª Entretier as correspondencias, e assignar as actas, os diplomas, e outros papeis da Sociedade.
- 4.ª Apresentar na sessão publica de cada anno uma relação dos trabalhos da Sociedade, e dar uma noticia necrológica dos membros fallecidos.

Art. 8.º O Archivista Thesoureiro deve velar sobre a contabilidade da Sociedade, a qual será regulada por medidas que se tomarão em sessões particulares. No fim de cada anno elle dará conta do estado das receitas, e despezas, antes de ceder o lugar ao seu successor. Será tambem obrigado a conservar em bom estado os manuscriptos, memorias, papeis, e livros da Sociedade.

TITULO V.

COMMISSÕES DA SOCIEDADE.

Art. 1.º A Sociedade terá no seu seio quatro commissões permanentes, que se renovarão todos os annos com a Mesa. Estas commissões são : 1.ª uma de vaccina ; 2.ª outra de consultas gratuitas ; 3.ª outra de doenças reinantes ; 4.ª outra de salubridade publica.

Art. 2.º O Presidente nomeará commissões temporarias para objectos de pouca importancia, assim como para os de um interesse maior ; e no caso de serem precisas relações sobre obras ou manuscritos, poderá confiar este cargo a um ou mais membros, assim como as mesmas obras, e mais papeis necessarios.

Art. 3.º Serão enviados a commissões : 1.º as communicações do Governo, e dos Magistrados ; 2.º as proposições relativas aos estatutos, regulamentos, e policia interna ; 3.º os projectos, cuja execução exigiria uma despeza de mais de 8\$000.

Art. 4.º As commissões se comporão, segundo a importancia do objecto, de um, dous, tres, cinco, sete, nove, e onze membros, e serão nomeadas todas as vezes que dous membros as pedirem ao Presidente.

Art. 5.º As commissões podem nomear um Presidente e um Secretario, e não podem se occupar senão dos objectos que lhes são designados. Ellas têm a preferencia na leitura de memorias sobre objectos que lhes tiverem sido enviados ; tambem são preferidas sobre todas as proposições individuaes, quando tiverem de fazer apresentar alguma relação, ou proposição.

TITULO VI.

ORDEM DOS TRABALHOS DA SOCIEDADE.

Art. 1.º A installação da Sociedade se fará publicamente em uma grande sala na presença de S. Ex. o Ministro do Imperio, e um auditorio convocado por cartas de convite.

Esta sessão publica se renovará todos os annos na mesma época para solemnisar o dia da fundação da So-

cidade, e começará pelo discurso de abertura do Presidente, ao qual seguir-se-ha a relação do Secretario sobre os trabalhos da Sociedade, e depois della a leitura, que quizerem fazer os membros das suas produções medico-litterarias, e a sessão terminará pela distribuição dos premios e medallas de emulação e estímulo.

Art. 2.º Além das sessões publicas annuaes haverão sessões particulares ordinarias, e extraordinarias, convocadas pelo Presidente com um bilhete, no qual lembrará a ordem do dia, e fará saber o motivo das convocações extraordinarias.

Art. 3.º Os trabalhos da Sociedade terão lugar nas sessões particulares, e entre estas as sessões ordinarias se farão das sete até ás nove horas da noite, e serão convocadas pelo Presidente nos sabbados de quinze em quinze dias.

Art. 4.º Não poderá haver sessão sem que estejam presentes metade e mais um dos membros titulares.

Art. 5.º As decisões da Sociedade serão feitas ordinariamente á maioria dos votos dos membros presentes na sessão, e nos casos importantes e especificados pelos estatutos será, além desta maioria, necessaria a presença de dous terços do numero total dos membros titulares.

Art. 6.º As votações se farão sentando-se, e levantando-se, e poderão tornar a começar no caso de haver duvida; e se esta persistir, circulará o escrutinio, o qual tambem deverá circular nos casos especificados nestes estatutos, e todas as vezes que quatro membros o pedirem.

Art. 7.º A ordem dos trabalhos da Sociedade reunida em sessão comprehenderá :

1.º A leitura e adopção da acta, ou processo verbal da sessão antecedente.

2.º A correspondencia com o governo, e autoridades constituídas.

3.º Os objectos da administração interior da Sociedade.

4.º A correspondencia com as Sociedades estrangeiras, e socios correspondentes.

5.º O annuncio das observações, memorias e obras impressas.

6.º O annuncio das observações, memorias, e obras manuscritas.

7.º As eleições, e admissões de membros.

8.º As relações das commissões nomeadas pelo Presidente.

9.º A leitura das observações, memorias, e obras dos

membros honorarios, titulares, e socios correspondentes, e a discussão sobre as mesmas.

10. As conferencias verbaes sobre doencas reinantes.

Art. 8.º As sessões particulares durarão duas horas, e no caso de necessidade poderão prolongar-se por mais tempo.

Art. 9.º Uma ou duas vezes por mez a Sociedade dará consultas gratuitas aos pobres durante uma hora.

Art. 10. A Sociedade poderá publicar uma collecção dos seus trabalhos em épocas periodicas. Proporá de dous em dous annos uma questão para se resolver, e dará um premio á melhor memoria em sessão publica.

Art. 11. A Sociedade poderá dar medalhas de estimulação aos autores dos melhores manuscriptos que lhe forem dirigidos, e áquelles que tiverem feito descobertas nacionaes de alguma utilidade á arte de curar.

Art. 12. As medidas administrativas da Sociedade se tomarão em sessões particulares, e comprehenderão as receitas e despesas, a fixação da quota parte pessoal ordinaria, e extraordinaria, o valor dos tentos de presenca, o valor dos premios e das medalhas, as despesas da mesa, a assignatura de periodicos de medicina, as despesas de diplomas, impressão, illuminação, porteiro, e mais despesas imprevistas.

TITULO VII.

REGULAMENTOS DA SOCIEDADE, E MODIFICAÇÃO E REFORMA DOS ESTATUTOS.

Art. 1.º Além dos presentes estatutos, a Sociedade fará, segundo o espirito dos mesmos, os regulamentos especiaes que julgar necessarios para seu regimento.

Art. 2.º A Sociedade reserva-se a faculdade de modificar, e reformar, quando convier, os presentes estatutos, participando neste caso ao Governo as modificações e reformas que ella fizer.

Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Janeiro de 1830.
— *Marquez de Caravellas.*



DECRETO — DE 18 DE JANEIRO DE 1830.

Marca os uniformes dos officiaes honorarios da armada.

Convindo que os uniformes dos individuos, que gozam de graduações honorarias de officiaes da Armada Nacional e Imperial, sejam distinctos daquelles, de que usam os Officiaes pertencentes á mesma Armada; para que estes, que exercem a profissão militar, se não confundam com os da Marinha mercante, a quem semelhantes graduações honorarias são concedidas: Hei por bem Determinar, que taes Officiaes honorarios da Armada usem de seus uniformes unicamente de distinctivos de metal branco, como era de estylo, ficando-lhes prohibido o uso de galões de ouro, sem embargo da faculdade que para isso se tenha a alguns concedido, a qual pelo presente Decreto declaro de nenhum effeito.

O Marquez de Paranaguá, do Meu Conselho de Estado, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Janeiro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Paranaguá.



DECRETO — DE 21 DE JANEIRO DE 1830.

Declara quaes os empregos militares incompativeis com as funcções de Juizes de Paz, e seus empregados.

Sendo necessario designar quaes os empregos militares, que na conformidade do art. 4.º da Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827, são incompativeis de se exercerem conjunctamente com as funcções de Juizes de Paz, e seus empregados; e sendo outrosim conveniente, que a força armada auxilie com promptidão aos mesmos Juizes de Paz, a fim de conseguir-se o desejado resultado das attribuições, que lhes confere a Lei de sua creação: Hei por bem Declarar; 1.º que os Militares de tropa de primeira linha do Exercito, com excepção dos reformados desempregados, assim como os Commandantes, Majores, e Ajudantes dos corpos de segunda linha têm

constante impedimento, para o exercicio das funcções de Juiz de Paz, seu supplente, e Escrivão; 2.º que o serviço militar dos mais empregados na segunda linha, a excepção dos referidos no paragrapho antecedente, cessará durante o exercicio dos ditos cargos civis, para que forem eleitos, devendo communicar-se competentemente à autoridade respectiva semelhante eleição; 3.º que nenhum empregado militar da primeira, e segunda linha poderá ser nomeado para Official dos quartieirões; nem tambem estes serão alistados para o serviço militar; 4.º que os Commandantes dos corpos de primeira linha, e bem assim os da segunda por si, e pelos Commandantes de companhias nos respectivos districtos, prestem os auxilios requisitados pelos Juizes de Paz, que ficam responsaveis pelo abuso das requisições feitas sem urgente precisão, e em maior força que a necessaria para os casos occurrentes na conformidade do § 3.º do art. 5.º da precitada Lei: ficando assim declarada a Provisão do Conselho Supremo Militar de 23 de Outubro de 1828, e os avisos de 21 de Novembro do mesmo anno, de 13 de Fevereiro, 11 de Março, e 9 de Julho, e finalmente de 22 de Setembro do anno proximo passado.

O Conde do Rio Pardo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Paço em vinte e um de Janeiro de mil oitocentos e trinta, anno da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial.

Conde do Rio Pardo.



DECRETO—DE 28 DE JANEIRO DE 1830.

Marca a gratificação annual de 200\$000 ao official-maior e officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça.

Tendo representado por diversas vezes os officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça que o diminuto rendimento dos seus lugares lhes não fornece meios para a sua decente subsistencia; e Tomando em consideração que, nas actuaes circumstancias em que os emolumentos da mesma Secretaria de Estado têm tido uma

progressiva diminuição, elles não podem de certo subsistir com a independência, que convém conservar em taes lugares, simplesmente com o pequeno rendimento delles, e o diminuto ordenado de quatrocentos mil réis que foi estabelecido na criação das Secretarias de Estado nesta Córte em mil oitocentos e oito, tempo em que todos os generos e mais objectos indispensaveis á vida não se achavam no excesso de caristia, a que presentemente têm chegado: Hei por bem que ao official-maior, e a cada um dos officiaes da mesma Secretaria de Estado, constantes da relação, que com este baixa, assignada pelo Visconde de Alcantara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado da referida repartição, se satisfaça annualmente duzentos mil réis de gratificação, conjuntamente com o respectivo ordenado, emquanto o Poder Legislativo lhes não assigna sufficientes vencimentos.

O Marquez de Barbacena, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Janeiro de mil oitocentos e trinta, nono da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Alcantara.

Relação dos Officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, a que se refere o Decreto da data desta.

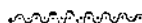
OFFICIAL-MAIOR.

João Carneiro de Campos.

OFFICIAES.

Thomaz José Tinoco de Almeida.
 José Tiburcio Carneiro de Campos.
 Antonio Alvares de Miranda Varella.
 Francisco Ribeiro dos Guimarães Peixoto
 Vicente Ferreira de Castro e Silva.
 Domingos Lopes da Silva Araujo.
 João Caetano de Almeida Franca.
 João José da Motta.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Janeiro de 1830.
 — *Visconde de Alcantara.*



DECRETO — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1830.

Dá organização á Administração do Correio da Provincia da Bahia.

Tendo ouvido o Director Geral dos Correios: Hei pôr bem, na conformidade do Decreto de 5 de Março do anno passado, organizar a Administração do Correio da Provincia da Bahia com os empregados mencionados na relação, que com este baixa assignada pelo Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Fevereiro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Caravellas.

Relação dos empregados da Administração do Correio da Bahia, a que se refere o Decreto desta data.

Um Administrador que servirá ao mesmo tempo de Thesoureiro, com a gratificação annual de oitocentos mil réis.

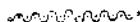
Um Ajudante que servirá de Contador, com a gratificação annual de seiscentos mil réis.

Dous Officiaes papelistas, vencendo cada um delles a gratificação annual de trezentos mil réis.

Um Porteiro que residirá no edificio da Administração, com a gratificação annual de trezentos e sessenta mil réis.

Dous Correios para a entrega dos officios, e das cartas aos assignantes, vencendo cada um seiscentos e quarenta réis diarios.

Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Fevereiro de 1830.
— *Marquez de Caravellas.*



DECRETO—DE 5 DE FEVEREIRO DE 1830.

Da organização á Administração do Correio da Provincia do Ceará.

Tendo ouvido o Director Geral dos Correios : Hei por bem, na conformidade do Decreto de 5 de Março do anno passado, Organizar a Administração do Correio da cidade da Fortaleza, com os empregados constantes da relação que com esta baixa, assignada pelo Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Fevereiro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

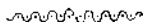
Marquez de Caravellas.

Relação dos empregados da Administração do Correio da cidade da Fortaleza, a que se refere o Decreto da data desta.

Um Administrador com a gratificação annual de duzentos mil réis.

Um Ajudante com a gratificação annual de cento e sessenta mil réis.

Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Fevereiro de 1830.
—*Marquez de Caravellas.*



DECRETO—DE 9 DE FEVEREIRO DE 1830.

Declara sem effeito o Decreto de 9 de Setembro de 1829, que deu nova organização á Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra.

Não tendo apresentado as vantagens, que promettia a nova organização da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que por Decreto de nove de Setembro do anno proximo passado mandára estabelecer; e appare-

cendo na pratica de alguns dos seus artigos, inconvenientes, que quanto antes é preciso evitar: Hei por bem Ordenar, que o mencionado Decreto fique de nenhum effeito, em todos os seus artigos.

O Conde do Rio Pardo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Paço em nove de Fevereiro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial.

Conde do Rio Pardo.



DECRETO—DE 12 DE FEVEREIRO DE 1830.

Nomeia uma commissão encarregada da organização de um novo systema monetario.

Attendendo á urgente necessidade de consultar pessoas entendidas sobre a organização de um novo systema monetario, que deve ser quanto antes submittido á deliberação da Assembléa Geral Legislativa: Hei por bem. Nomear para este effeito uma commissão composta do Tenente-Coronel José Saturnino da Costa Pereira, do Brigadeiro Francisco Cordeiro da Silva Torres, do Provedor da Casa da Moeda João da Silveira Caldeira, e do Capitão Candido Baptista de Oliveira, presidida pelo Marquez de Barbacena, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Thesouro Nacional, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Fevereiro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Barbacena.



DECRETO—DO 1.º DE MARÇO DE 1830.

Crêa uma cadeira de primeiras letras no lugar da Passagem, termo da Cidade de Cabo-Frio.

Considerando de urgente necessidade a criação de uma cadeira de primeiras letras no lugar da Passagem, termo da Cidade de Cabo-Frio; e sendo ouvida sobre este objecto a respectiva Camara Municipal, que mostrou quanto seria útil para a instrução da mocidade: Hei por bem, na conformidade da Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827, Crear a referida cadeira com o ordenado annual de duzentos mil réis, pagos pelo Thesouro Publico.

O Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Março de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Caravellas.



DECRETO—DE 8 DE MARÇO DE 1830.

Faz extensivo ao corpo de artilharia de marinha, o perdão concedido aos desertores do Exercito pelo Decreto de 18 de Outubro de 1829.

Hei por bem, Tendo ouvido o Meu Conselho de Estado, Fazer extensivo ao corpo de artilharia da Marinha, o perdão concedido aos desertores do Exercito, pelo Decreto de dezoito de Outubro ultimo: devendo portanto gozar do referido perdão, aquelles desertores do mencionado corpo, que se apresentarem nesta Côrte ao respectivo Commandante, dentro do prazo de dous mezes, contados do dia da publicação do presente Decreto, e nas provincias aos Presidentes dellas, dentro do mesmo

prazo, igualmente contado do dia da sua publicação nas mesmas provincias. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Março de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial.

Marquez de Paranaguá.



DECRETO—DE 10 DE MARÇO DE 1830.

Concede a diaria de 320 réis aos meirinhos dos bairros da Candelaria e Sé.

Attendendo ao que me representou o Juiz do Crime dos bairros de Santa Rita e Candelaria: Hei por bem, em additamento aos Decretos de 15 de Agosto de 1823, e 27 de Agosto de 1827, Conceder aos meirinhos dos bairros da Candelaria e Sé os mesmos trezentos e vinte réis diarios de ajuda de custo que pelos referidos Decretos foram conferidos aos dos bairros de Santa Rita e S. José, até que o Poder Legislativo lhes estabeleça conveniente estabelecimento. O Marquez de Barbacena, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Thesouro Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Março de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Alcantara.



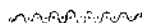
DECRETO—DE 12 DE MARÇO DE 1830.

Crêa uma cadeira de primeiras letras na villa de Valença.

Considerando de urgente necessidade a criação de uma cadeira de primeiras letras na villa de Valença: Hei por bem, na conformidade da Carta de Lei de 13 de Outubro de 1827, Crear a referida cadeira, com o ordenado annual de duzentos e quarenta mil réis, pagos pelo Thesouro Publico. O Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e expeça em consequencia os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Março de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Caravellas.



DECRETO—DE 17 DE MARÇO DE 1830.

Fixa provisoriamente a concessão annual que devem perceber os Parochos do Bispado de Goyaz.

Hei por bem Ordenar, na conformidade do art. 86 da Constituição, que se execute provisoriamente a seguinte Resolução do Conselho Geral da Provincia de Goyaz:

Art. 1.º A concessão annual que os Parochos recebem a titulo de desobrigação quaresmal, será no Bispado de Goyaz oitenta réis indistinctamente por cada pessoa de confissão, quer esta seja feita nas povoações quer fóra dellas, e esta quantia só poderá ser exigida depois da confissão.

Art. 2.º Ficam revogadas quaesquer disposições e costumes em contrario.

O Visconde de Alcantara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha

assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Março de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Alcantara.



DECRETO—DE 26 DE MARÇO DE 1830.

Manda pagar 800\$000 annuaes em compensação da cessão do resto do edificio da prisão do Aljube.

Havendo o Reverendo Bispo Capellão-Mór cedido o resto do edificio da prisão do Aljube, que ainda conservava, a fim de ser reunido ao que serve já de prisão civil, e conseguir-se por este meio dar mais alguma largueza a esta, e melhorar a sorte dos infelizes presos, que ahí se acham recolhidos na maior estreiteza, sem que por ora possam ser removidos para outra mais commoda: Hei por bem que, em compensação desta cessão, se entregue pelo Thesouro Nacional annualmente á pessoa autorizada pelo mesmo Reverendo Bispo a quantia de oitocentos mil réis, sendo quatrocentos mil réis para moradia do seu Vigario geral; duzentos mil réis para a do Capellão da cadeia; e duzentos mil réis para aluguel de uma casa que sirva de cartorio do Juizo Ecclesiastico, cujo pagamento deverá cessar logo que possam ser removidos os presos para outra prisão, que se deva fazer, e que lhe seja então restituído o referido edificio.

O Marquez de Barbacena, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Thesouro Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Março de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Alcantara.



DECRETO—DE 26 DE MARÇO DE 1830.

Encarrega a Imperial Junta do Commercio, da guarda e direcção dos depositos da Côrte.

Sendo necessario nomear depositario que receba do Banco os depositos publicos e particulares ali existentes, nas especies constantes de seus respectivos termos na conformidade do art. 9.º da Carta de Lei de 23 de Setembro do anno proximo passado, e convindo que os referidos depositos bem como os capitães que a occurrencia dos negocios obrigar a serem depositados, se guardem com a mais firme segurança, e considerando que esta deve ser tanto maior quanto o valor dos depositos, e que na mesma proporção cresce a difficuldade de nomear sem escrupulo um depositario, pelo perigo a que ficam expostos grandes capitães confiados á guarda e direcção de uma só pessoa, como a experiencia tem mostrado: Hei por bem Encarregar á Imperial Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação, da guarda e direcção dos depositos da Côrte, exercendo esta incumbência por uma commissão nomeada annualmente d'entre os seus membros, a qual não só receberá os depositos ora existentes no Banco, mas, os dinheiros, peças de ouro e prata e joias que para ao diante se depositarem; e mandará fazer as entregas e pagamentos ás partes, que lhe apresentarem precatório dos competentes Juizes; regulando-se pelas Leis de 21 de Maio de 1751, 20 de Junho e 23 de Agosto de 1774. A mesma Imperial Junta do Commercio o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Março de mil oitocentos e trinta, nono da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Alcantara.



DECRETO—DE 26 DE MARÇO DE 1830.

Amplia a autorização concedida ao Conde de Linhares, a mineração de terras que venha a possuir, e permite que a companhia por elle organizada se denomine — Barra e Castro, Sociedade Imperial Brasileira.

Tomando em consideração o que Me representou o Conde de Linhares, D. Victorio de Souza Coutinho, pedindo que a Companhia de socios nacionaes e estrangeiros, que por Decreto de 2 de Janeiro do corrente anno lhe concedi organizar para emprehender os trabalhos de mineração em umas terras que possui na Provincia de Minas Geraes, possa estender esses trabalhos a quaesquer outras que para o futuro venha legitimamente a adquirir, pagando os mesmos impostos que ora se acham estabelecidos por Lei para os nacionaes, ou para estes vierem por ella a estabelecer-se; e outrossim, que a dita Companhia possa denominar-se—Barra e Castro, Sociedade Imperial e Brasileira: Hei por bem Fazer extensivas as disposições daquelle decreto ás terras que a mencionada Companhia puder haver da maneira indicada para dar maior extensão aos seus trabalhos, nos quaes todavia se não comprehende a mineração dos diamantes, e Permittir que essa Companhia use da denominação, que fica declarada.

O Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Março de mil oitocentos e trinta, nono da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Caravellas.



DECRETO — DE 2 DE ABRIL DE 1830.

Dá organização á Administração do Correio da Provincia de Santa Catharina.

Tendo ouvido o Director Geral dos Correios: Hei por bem, na conformidade do Decreto de 5 de Março do anno passado, Organizar a Administração do Correio da

cidade do Desterro da Provincia de Santa Catharina, com os empregados mencionados na relação, que com este baixa, assignada pelo Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Abril de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Caravellas.

Relação dos empregados da Administração do Correio da Cidade do Desterro, a que se refere o Decreto da data desta.

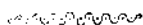
Um Administrador que servirá ao mesmo tempo de Thesoureiro, com a gratificação annual de duzentos e quarenta mil réis.

Um Ajudante que servirá de Contador, com a gratificação annual de cento e oitenta mil réis.

Um Praticante, que servirá de Porteiro, com a gratificação annual de cento e quarenta mil réis.

Um servente, que tambem entregará os officios e cartas aos assignantes, vencendo trezentos réis diarios.

Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1830. —
Marquez de Caravellas.



DECRETO — DE 2 DE ABRIL DE 1830.

Dá organização á Administração do Correio da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Tendo ouvido o Director geral dos Correios: Hei por bem, na conformidade do Decreto de 5 de Março do anno passado, Organizar a Administração do Correio da Povoação do Norte, da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, com os empregados mencionados na relação, que com este baixa, assignada pelo Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o

tenha entendido e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Abril de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Caravellas.

Relação dos empregados da Administração do Correio da povoação do Norte, na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, a que se refere o Decreto da data desta.

Um Administrador que servirá ao mesmo tempo de Thesoureiro, com a gratificação annual de duzentos e quarenta mil réis.

Um Ajudante, que servirá de Contador, com a gratificação annual de cento e oitenta mil réis.

Um Praticante, que servirá de Porteiro, com a gratificação annual de cento e quarenta mil réis.

Um Servente, que tambem entregará as cartas e conduzirá a mala para a Villa do Sul, vencendo trezentos e vinte réis diarios.

Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1830. —
Marquez de Caravellas.



DECRETO — DE 2 DE ABRIL DE 1830.

Da organização á Administração do Correio da Província de Pernambuco.

Tendo ouvido o Director Geral dos Correios : Hei por bem, na conformidade do Decreto de 5 de Março do anno passado, Organizar a Administração do Correio de Pernambuco, com os empregados mencionados na relação, que com este baixa, assignada pelo Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Abril de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Caravellas.

Relação dos empregados do Correio de Pernambuco, a que se refere o Decreto da data desta.

Um Administrador que servirá ao mesmo tempo de Thesoureiro, com a gratificação annual de oitocentos mil réis.

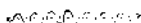
Um Ajudante que servirá de Contador com a gratificação annual de seiscentos mil réis.

Dous Officiaes papelistas, vencendo cada um delles a gratificação annual de trezentos mil réis.

Um Porteiro com a gratificação annual de trezentos e sessenta mil réis.

Dous Correios para a entrega dos officios e cartas, vencendo cada um seiscentos e quarenta réis diarios.

Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1830. — *Marquez de Caravellas.*



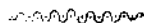
DECRETO — DE 10 DE ABRIL DE 1830.

Perdôa a Roberto Steel a pena de prisão que lhe foi imposta.

Em reverencia ao dia em que a Santa Igreja celebra os Sagrados Mystérios da Paixão e Morte de Jesus Christo Nosso Redemptor : Hei por bem, Tendo ouvido o Meu Conselho de Estado, Perdoar livremente a Roberto Steel a pena de prisão por dez annos em uma fortaleza, que lhe foi imposta por sentença do Conselho Supremo Militar de Justiça, datada do 1.º de Julho do anno proximo passado. O mesmo Conselho Supremo o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Abril de mil oitocentos e trinta, nona da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Paranaguá.



DECRETO — DE 10 DE ABRIL DE 1830.

Approva o estabelecimento de Escolas Normaes de differentes disciplinas projectado pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.

Tendo a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional feito subir á Minha Augusta Presença o projecto, que havia formado, de estabelecer nesta Córte Escolas Normaes de differentes disciplinas, das quaes os agricultores e artistas do Brazil possam receber uma regular e methodica instrução, para se aperfeiçoarem nos ramos, a que se applicam; sendo as ditas escolas dirigidas gratuitamente por seus socios effectivos; pedindo-me para esse fim a Minha Imperial Approvação: E sendo evidente a utilidade, que resulta ao commercio, e á industria em geral, de uma tão acertada medida, que assaz influe para a economia, melhoramento, e facilidade da mão d'obra: Hei por bem, Louvando a sobredita Sociedade por tão vantajosa e patriotica empreza, Approvar o estabelecimento das mencionadas escolas, que serão regidas pelos Lentes, que por ella me foram propostos, e que constam da relação, que com este baixa assignada pelo Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Abril de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Caravellas.

Relação dos lentes das Escolas Normaes estabelecidas nesta Córte, pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, a que se refere o Decreto da data desta.

O Capitão Joaquim José Rodrigues Torres.....	Lente de geometria e mecanica applicada ás artes.
Frei Custodio Alves Serrão.	Dito de chimica dito.
O Capitão Candido Baptista de Oliveira.....	Dito de physica e astronomia.

Manoel Felisardo de Souza
e Mello..... Lente de arithmetica, alge-
bra, e geometria, appli-
cada ás questões de com-
mercio e agrimensura.
José Martins da Cruz..... Dito de botanica applicada
à agricultura.

Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1830.
Marquez de Caravellas.



DECRETO — DE 16 DE ABRIL DE 1830.

Dá organização á Administração do Correio da Provincia de
S. Paulo.

Tendo ouvido o Director Geral dos Correios: Hei por
bem, na conformidade do Decreto de 5 de Março do
anno passado, Organizar a Administração do Correio da
cidade de S. Paulo, com os empregados mencionados
na relação, que com este baixa, assignada pelo Marquez
de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e
Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim
o tenha entendido, e faça executar com os despachos
necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezaseis de
Abril de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia
e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Caravellas.

Relação dos empregados na Administração do Correio da Cidade de S. Paulo, a que se refere o Decreto da data desta.

- Um Administrador, que servirá tambem de Thesoureiro,
com a gratificação annual de quinhentos e cincoenta
mil réis.
- Um Ajudante, que servirá tambem de Contador, com
a gratificação annual de quatrocentos mil réis.
- Um Official papalista, com a gratificação annual de tre-
zentos mil réis.

Um Porteiro, que também ajudará a escripturação, com a gratificação annual de trezentos mil réis.

Um Correio, que entregará os officios, e o mais expediente de cartas, vencendo diariamente quatrocentos e oitenta réis.

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Abril de 1830.
Marquez de Caravellas.

من قريشاني الى جناب الوزير

DECRETO — DE 22 DE ABRIL DE 1830.

Autoriza a João da Rocha Pinto a organizar em Londres uma Companhia, para os trabalhos de mineração na Provincia de Minas Geraes ou na de Goyaz.

Tendo-me requerido o Gentil homem da Minha Imperial Camara, João da Rocha Pinto, a permissão de formar em Londres uma Companhia de nacionaes e estrangeiros, para o fim de emprehender trabalhos de mineração na Provincia de Minas Geraes, ou na de Goyaz, com as condições, que já se tem estabelecido para outras semelhantes sociedades, e que serão por mim approvadas: Hei por bem autorizar-o para a formação da dita Companhia, ficando os socios sujeitos ás leis do Imperio, e obrigados a pagar os impostos nellas declarados, ou que no futuro se determinarem. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Abril de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Caravellas.

~~~~~

#### DECRETO — DE 27 DE ABRIL DE 1830.

Autoriza a Francisco Gomes da Silva a organizar em Londres uma sociedade, para os trabalhos de mineração na Provincia de Minas Geraes ou na de Goyaz.

Tendo-me requerido Francisco Gomes da Silva, do Meu Conselho, a permissão de formar em Londres uma companhia de nacionaes e estrangeiros, para o fim de

emprender trabalhos de mineração na Província de Minas Geraes, ou na de Goyaz, com as condições, que já se tem estabelecido para outras semelhantes sociedades, e que serão por mim approvadas: Hei por bem autorizar-o para a formação da dita companhia, ficando os socios sujeitos ás leis do Imperio, e obrigados a pagar os impostos nellas declarados, ou que no futuro se determinarem. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Abril de mil oitocentos e trinta, nono da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Caravellas.*



DECRETO — DE 4 DE MAIO de 1839.

Encarrega a Antonio José de Castro, Thomaz José de Castro, e Bernardo Joaquim Pereira de Affonseca, da guarda e direcção dos depositos desta Córte.

Sendo necessario nomear depositario que receba do Banco os depositos publicos, e particulares alli existentes nas especies constantes dos seus respectivos termos, na conformidade do artigo nono da Carta de Lei de vinte e tres de Setembro do anno proximo passado, e convindo que os referidos depositos hem como os capitaes que a occurencia dos negocios obrigar a serem depositados, se guardem com a mais firme segurança; e considerando que esta deve ser tanto maior quanto o valor dos depositos, e que na mesma proporção cresce a difficuldade de nomear sem escrupulo, um depositario pelo perigo a que podem ficar expostos grandes capitaes confiados á guarda, e direcção de uma só pessoa como a experiencia tem mostrado: Hei por bem, attendendo ao que Me representaram Antonio José de Castro, Thomaz José de Castro, e Bernardo Joaquim Pereira de Affonseca, negociantes desta praça, de os encarregar da guarda e direcção dos depositos desta Córte os quaes não só receberão os depositos ora existentes no Banco, e os dinheiros, peças de ouro, e prata, e joias que para o diante se depositarem, mas farão as entregas e pagamentos ás partes que lhes

apresentarem precatorios dos competentes Juizes percebendo a commissão estabelecida, e regulando-se pelas leis de vinte e um de Maio de mil setecentos e cincoenta e um, vinte de Junho, e vinte e cinco de Agosto de mil setecentos setenta e quatro, e pelas condições que com este baixam, assignadas pelo Visconde de Alcantara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Maio de mil oitocentos e trinta, nona da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Alcantara.*

**Condições com que Antonio José de Castro, Thomaz José de Castro, e Bernardo Joaquim Pereira de Affonseca são encarregados da guarda e direcção dos depositos da Corte e a que se refere o decreto da data destas.**

1.<sup>a</sup>

O cofre dos depositos para sua maior segurança será guardado no Thesouro Nacional, ou em qualquer outro edificio, que fôr designado pelo Presidente do mesmo Thesouro.

2.<sup>a</sup>

Em qualquer dos referidos edificios destinados para a guarda do cofre se reservará uma casa para o necessário expediente dos depositos.

3.<sup>a</sup>

Deverá comparecer no lugar a onde existir o cofre, para que não padeça o expediente, um dos membros depositarios, a fim de assignar os conhecimentos dos valores recebidos debaixo da firma de Antonio José de Castro, Irmão & Affonseca, mas pela firma seguinte — Por Antonio José de Castro Irmão & Affonseca — Fulano — Membro do Depósito.

4.<sup>a</sup>

Os depositarios insolidum e cada um delles de per si, ficam por seus bens responsaveis pelas quantias depositadas na conformidade da lei.

5.<sup>a</sup>

Morrendo ou fallindo de credito qualquer dos membros depositarios serão os outros obrigados a participar ao Governo para que este resolva se deve continuar o deposito debaixo da direcção dos outros dous membros, sem dependencia de terceiro, ou se devem estes propor um terceiro de approvação do Governo.

6.<sup>a</sup>

Finalmente, só poderão ser os ditos membros, ou qualquer delles removidos deste emprego nos tres seguintes casos, a saber :

1.<sup>o</sup> A requerimento proprio mostrando-se desonerado para com a administração.

2.<sup>o</sup> Provando-se erro ou malversação.

3.<sup>o</sup> Havendo Lei que regule de qualquer outra fórma o deposito publico.

Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Maio de 1830. —  
*Visconde de Alcantara.*



## DECRETO—DE 14 DE MAIO DE 1830.

Providencia a respeito da escripturação da receita e despesa dos mestres das officinas dos Arsenaes de Marinha.

Constando na Minha Imperial Presença, que aos Mestres das officinas do Arsenal de Marinha desta Côte se não tomam contas dos generos, que lhes são fornecidos pelas classes, para as obras, a que têm de proceder, dando-se como despendidos todos os que se lhes entregam; e querendo evitar, quanto fór possivel, o grande prejuizo, que á Fazenda Publica resulta de tão abusiva pratica; Hei por bem que, tanto no Arsenal de Marinha desta Côte, como nos das Provincias deste Imperio, onde houverem taes estabelecimentos, sejam

guardadas, e observadas as instrucções, que a este baixam, assignadas pelo Marquez de Paranaguá, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. — Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Maio de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial.

*Marquez de Paranaguá.*

**Instrucções a que se refere o Decreto de hoje, pelas quaes se deve regular a Receita e Despesa dos generos fornecidos pelas classes aos Mestres das diversas officinas, tanto do Arsenal da Marinha desta Côrte, como das das Provincias deste Imperio, onde houverem taes estabelecimentos.**

1.<sup>o</sup>

Abrir-se-ha em cada uma das classes do Almoarifado do Arsenal da Marinha, uma conta corrente com os Mestres das diversas officinas dos mesmos Arsenaes; crendo-se para este effeito dous livros em cada uma das ditas classes, que serão rubricados pelo Intendente, e escripturados pelos respectivos Escrivães, ou por quem suas vezes fizer.

2.<sup>a</sup>

Em um dos ditos livros se lançarão em receita áquelles Mestres os generos que receberem para as obras da sua competencia, por guias, ou pedidos na fórma do estylo, assignados pelos mesmos Mestres, e rubricados pelo Inspector, com despacho do Intendente; declarando a quantidade e qualidade do genero pedido, e para que fim se pede; em outro se lançará o producto dos generos recebidos, que se forem entregando nas preditas classes, tanto em obras novas, como em concertos, sendo estes objectos pesados, medidos, contados, ou avaliados, segundo a sua natureza, para se conhecer se houve ou não sobras, e tanto as receitas, ou cargas dos Mestres, como as entregas, serão assignadas por estes, e pelos Escrivães das classes.

3.<sup>a</sup>

Ambos os referidos livros servirão de auxiliares para a conta da receita e despesa do Almoxarife.

4.<sup>a</sup>

O Escripturario das officinas terá um livro de registro, onde lançará todas as guias dos genetos pedidos para as mesmas officinas.

5.<sup>a</sup>

E porque para a factura, ou conclusão de uma obra fabricada, ou concertada em alguma das officinas, é muitas vezes mister que o Mestre de uma, peça ao de outra, objectos que alli se devem fabricar, por meio de um bilhete, como está em uso, por elle assignado, e rubricado pelo Inspector, servirá este mesmo bilhete com o recibo do Mestre, que fez o pedido, para a despesa daquelle, que lhe forneceu, com o qual dará entrada na classe para ser lançado no livro, como se alli tivesse sido apresentado o objecto.

6.<sup>a</sup>

No principio de cada mez se dará balanço, tanto á receita de todo o mez precedente, como aos objectos entregues no mesmo mez; devendo o saldo, ou sobra, se a houver, ser restituída ás competentes classes, ou carregada em nova receita ao Mestre, quando assim seja preciso para a continuação das obras, e outrosim serão entregues nas mesmas classes os restos inúteis, que forem substituidos por novos generos no concerto.

7.<sup>a</sup>

Quanto aos objectos que, por seu grande volume ou peso, não podem ser levados ás respectivas classes, como sejam mastros, vergas, escaleres, fogões, etc., e aquelles de consumo, de que se não pôde apresentar o producto nas classes, como sejam tintas, alcatrão, breu, verniz, pregos, fechaduras, aldrabas, pinças, e outros semelhantes, fornecidos para o fabrico, e obras dos navios, será a despesa do Mestre instruida por um documento passado pelo Commandante do navio, em que taes generos forem recebidos, ou se empregarem, ou pelo

Ajudante do Inspector, se o navio não tiver Official algum a bordo, que certifique quanto áquelles haverem-se com effeito recebido, e quanto a estes de consumo terem sido empregados nas obras, e fabrico do navio.

8.<sup>a</sup>

E havendo outros objectos, que nas officinas se consomem, e de que se não podem dar contas, será a despesa destes feita ao Mestre, mediante uma declaração por elle assignada, e rubricada pelo Inspector, que atteste a sua veracidade.

Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Maio de mil oitocentos e trinta.—*Marquez de Paranaguá.*



#### DECRETO—DE 15 DE MAIO DE 1830.

Crêa cadeiras de primeiras letras na villa do Paty do Alferes, nas freguezias de Sacra Familia e da Parahyba, e no curato de Santa Anna de Cebolas e de Mattosinhos.

Considerando de urgente necessidade a criação de cinco cadeiras de primeiras letras, uma na villa do Paty do Alferes, duas nas freguezias da Sacra Familia e da Parahyba; e outras duas nos Curatos de Santa Anna de Cebolas, e de Mattosinhos: Hei por bem, na conformidade da Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827, crear as referidas cadeiras, a primeira com o ordenado annual de duzentos e quarenta mil réis, e cada uma das outras quatro, com o de duzentos mil réis, pagos pelo Thesouro Publico.

O Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e expeça em consequencia os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Maio de mil oitocentos e trinta, noão da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Caravellas.*





## DECRETO—DE 15 DE MAIO DE 1830.

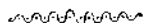
Crêa cadeiras de primeiras letras nos curatos das Dôres e de Santo Antonio da Conservatoria.

Considerando de urgente necessidade a criação de duas cadeiras de primeiras letras, uma no Curato das Dôres, e outra no de Santo Antonio da Conservatoria : Hei por bem, na conformidade da Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827, Crear as referidas cadeiras, cada uma com o ordenado annual de duzentos mil réis pagos pelo Thesouro Publico.

O Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e expeça em consequencia os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Maio de mil oitocentose trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Caravellas.*



## DECRETO—DE 27 DE MAIO DE 1830.

Dá organização á administração do Correio da Provincia das Alagoas.

Tendo ouvido o Director Geral dos Correios : Hei por bem, na conformidade do Decreto de 5 de Março do anno passado, organizar a administração do Correio das Alagoas, com os empregados constantes da relação, que com este baixa, assignada pelo Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Maio de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

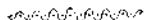
*Marquez de Caravellas.*

**Relação dos empregados da Administração do Correio das Alagoas, a que se refere o Decreto da data desta.**

Um Administrador, com a gratificação annual de duzentos mil réis.

Um Ajudante com a gratificação annual de cento e sessenta mil réis.

Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1830.  
*Marquez de Caravellas.*



**DECRETO—DE 27 DE MAIO DE 1830.**

Da organização á administração do Correio da Provincia da Parahyba.

Tendo ouvido o Director Geral dos Correios: Hei por bem, na conformidade do Decreto de 5 de Março do anno passado, organizar a Administração do Correio da cidade da Parahyba, com os empregados constantes da relação, que com este baixa, assignada pelo Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Maio de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Caravellas.*

**Relação dos empregados da Administração do Correio da Cidade da Parahyba, a que se refere o Decreto da data desta.**

Um Administrador com a gratificação annual de cento e oitenta mil réis.

Um Ajudante com a gratificação annual de cento e cincoenta mil réis.

Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1830.  
*Marquez de Caravellas.*



## DECRETO—DE 12 DE JUNHO DE 1830.

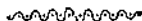
Manda pagar pela folha civil a gratificação concedida ao Major Pedro Pereira Corrêa de Senna pela descoberta da verdadeira quina officinal na Provincia de Minas Geraes.

Tendo determinado, por Aviso de 11 de Março do anno proximo passado, expedido pela repartição dos Negocios da Guerra ao Presidente da Provincia de Minas Geraes, que se tirasse da folha militar daquella Provincia a gratificação de 1\$200 réis diarios que por decreto de 3 de Agosto de 1808 foi concedida ao Major Pedro Pereira Corrêa de Senna, em attenção a ter descoberto a verdadeira quina officinal na mencionada Provincia, visto que não devendo este serviço ser considerado como militar, não competia áquella folha o assentamento da referida gratificação : Hei por bem que se verifique o seu pagamento pela folha civil da dita Provincia, onde serão feitas as necessarias declarações, devendo o referido major continuar a empregar-se na extracção da sobredita quina, da mesma maneira que lhe foi determinado no mencionado decreto.

O Marquez de Barbacena, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Thesouro Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Junho de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Caravellas.*



## DECRETO — DE 14 DE JUNHO DE 1830.

Crêa cadeiras de primeiras letras nas villas de S. Francisco Xavier de Itaguahy, e na povoação de Mangaratiba.

Considerando de urgente necessidade a criação de duas cadeiras de primeiras letras, uma na villa de S. Francisco Xavier de Itaguahy, e outra na povoação de Mangaratiba, termo da dita villa : Hei por bem, na

conformidade da Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827, Crear as referidas cadeiras, a primeira com o ordenado annual de trezentos mil réis, e a segunda com o de duzentos e cincoenta mil réis, pagos pelo Thésouro Publico.

O Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e expeça em consequencia os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Junho de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Caravellas.*



#### DECRETO — DE 25 DE JUNHO DE 1830.

Reduz a uma só, as oito loterias concedidas para auxilio das despezas com a edificação de uma nova cadêa e casa da Camara da villa de Queluz.

Attendendo ao que Me representou a Camara Municipal da villa de Queluz sobre a difficuldade de se extrahirem as oito loterias, que restam, das dez, que lhe foram concedidas por Decreto de 25 de Outubro de 1826, para auxilio das despezas com a edificação de uma nova cadêa e casa da Camara, visto que os diminutos premios, e o grande numero de sortes brancas, de que ellas se compõem, não animam a sua extracção: Hei por bem Conceder-lhe licença para reduzir a uma só loteria as mencionadas oito restantes, com o capital que lhes corresponde; a fim de verificar-se a sua extracção na conformidade do plano, que com este baixa assignado pelo Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que o tenha assim entendido, e faça expedir as necessarias participações.— Palacio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de Junho de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

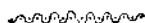
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Caravellas.*

**Plano da loteria concedida por Sua Magestade o Imperador á Camara Municipal da villa de Queluz por Decreto de 28 de Junho de 1830.**

|       |                                       |             |             |
|-------|---------------------------------------|-------------|-------------|
| 1     | Premio de.....                        | 4:000\$000  |             |
| 1     | » » .....                             | 2:000\$000  |             |
| 1     | » » .....                             | 1:000\$000  |             |
| 1     | » » .....                             | 800\$000    |             |
| 2     | » » .....                             | 400\$000    | 800\$000    |
| 4     | » » .....                             | 200\$000    | 800\$000    |
| 8     | » » .....                             | 100\$000    | 800\$000    |
| 16    | » » .....                             | 50\$000     | 800\$000    |
| 20    | » » .....                             | 25\$000     | 500\$000    |
| 942   | » » .....                             | 10\$000     | 9:420\$000  |
| 2     | » » 1. <sup>a</sup> e ultima branca a | 100\$000    | 200\$000    |
| <hr/> |                                       | <hr/>       |             |
| 998   | premios                               | 21:120\$000 |             |
|       | Beneficio de 12 por cento             | 2:880\$000  |             |
| 2.002 | brancas                               |             |             |
| <hr/> |                                       | <hr/>       |             |
| 3.000 | bilhetes a                            | 8\$000      | 24:000\$000 |
| <hr/> |                                       | <hr/>       |             |

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Junho de 1830.—  
*Marquez de Caravellas.*



**DECRETO — DE 8 DE JULHO DE 1830.**

Declara que a faculdade concedida ao Doutor Jorge Such para a formação de uma Companhia de mineração, comprehende os outros socios.

Attendendo ao que Me representou o Doutor Jorge Such: Hei por bem Declarar que a faculdade, que lhe foi concedida pelo Meu Imperial Decreto de 5 de Novembro de 1828, para formar uma Companhia de mineração, e poder por meio della extrahir ouro, e outros quaesquer metaes, e pedras preciosas, á excepção de diamantes na Provincia de Minas Geraes, comprehende em commun aos socios Robert Addirou, Joseph C. Capper, Stuart Donaldson, James Makensir, John D. Powler, John Reuth, e James Velch, nomeados Directores pela

mesma Sociedade, a fim de que estes possam gozar igualmente com o dito Doutor Jorge Such dos benefícios, e vantagens, que resultarem dos trabalhos de mineração.

O Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Julho de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Caravellas.*



#### DECRETO — DE 24 DE JULHO DE 1830.

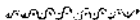
Autoriza a Alexandre João Heartherly a organizar uma Companhia para os trabalhos de mineração em terras que pretende comprar na Provincia de Minas Geraes.

Tendo-me representado Alexandre João Heartherly a necessidade em que se acha de formar uma Companhia de nacionaes e estrangeiros, com que possa empreender trabalhos de mineração em terras, que pretende adquirir na Provincia de Minas Geraes, pedindo-me para esse effeito a faculdade, que lhe é indispensavel: Hei por bem, Attendendo aos motivos, que por elle me foram expostos, Conceder-lhe toda a autorização que possa julgar-se necessaria para a formação e firmeza da referida Sociedade; ficando porém esta sujeita aos impostos estabelecidos pelas Leis do Imperio, ou que para o futuro se determinarem.

O Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Julho de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Caravellas.*



## DECRETO — DE 30 DE JUNHO DE 1830.

Autoriza a Antonio Luiz Fernaudes Pinto a organizar uma Companhia para os trabalhos de mineração em terras que pretende comprar na Provincia de Mato Grosso.

Tendo-me representado Antonio Luiz Fernandes Pinto a necessidade, em que se acha, de formar uma sociedade de nacionaes e estrangeiros, com que possa emprender trabalhos de mineração em terras que pretende adquirir na Provincia de Mato Grosso, pedindo-me para esse effeito a faculdade, que lhe é indispensavel: Hei por bem, attendendo aos motivos que por elle me foram expostos, Conceder-lhe toda a autorização, que possa julgar-se necessaria para a formação e firmeza da referida sociedade; ficando porém esta sujeita aos impostos estabelecidos pelas Leis do Imperio, ou que para o futuro se determinarem.

O Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Julho de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Caravellas.*

*Antonio Luiz Fernaudes Pinto.*

## DECRETO — DE 6 DE AGOSTO DE 1830.

Autoriza a Samuel Felipps & C.<sup>a</sup> a organizar em Londres uma sociedade para os trabalhos de mineração em qualquer das Provincias do Imperio, onde a mesma mineração é permittida.

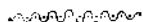
Tendo-me representado Samuel Felipps & C.<sup>a</sup> a necessidade em que se acham de formar em Londres uma sociedade de nacionaes e estrangeiros, com que possam emprender trabalhos de mineração em algumas das Provincias deste Imperio; pedindo-me para esse effeito a faculdade que lhes é indispensavel: Hei por bem, Attendendo á sua supplica, Conceder-lhe toda a autorização que possa julgar-se necessaria para a formação e firmeza da referida sociedade, a fim de que esta verifique os seus trabalhos em qualquer das Pro-

vincias, onde é permittido minerar; ficando porém sujeita aos impostos estabelecidos pelas Leis do Imperio, ou que para o futuro se determinarem.

O Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Agosto de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Caravellas.*



DECRETO—DE 23 DE AGOSTO DE 1830.

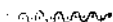
Autoriza a Joaquim José de Siqueira a organizar uma companhia para os trabalhos de mineração na Provincia de Minas Geraes ou na de Goyaz.

Tendo-me requerido o Gentil-Homem da Minha Imperial Camara Joaquim José de Siqueira, a permissão de formar nesta cidade, ou na de Londres uma companhia de nacionaes e estrangeiros para o fim de emprender trabalhos de mineração na Provincia de Minas Geraes ou na de Goyaz, com as condições que já se tem estabelecido para outras semelhantes sociedades, e que serão por Mim approvadas: Hei por bem autorizar-o para a formação da dita Companhia, ficando os socios sujeitos ás leis do Imperio, e obrigados a pagar os impostos nellas declarados, ou que para o futuro se determinarem.

O Visconde de Alcantara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e tres de Agosto de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Alcantara.*





## DECRETO — DE 3 DE SETEMBRO DE 1830.

Convoca extraordinariamente a Assembléa Geral Legislativa para o dia 8 do corrente, encerrando os seus trabalhos no ultimo de Outubro.

Tendo ouvido o Meu Conselho de Estado : Hei por bem Convocar extraordinariamente a Assembléa Geral Legislativa, e Ordenar que se reúna para ser aberta no dia oito do corrente mez de Setembro, continuando suas sessões até o ultimo de Outubro seguinte, por assim o pedir o bem do Estado.

O Visconde de Alcantara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Setembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Alcantara.*



## DECRETO — DE 27 DE SETEMBRO DE 1830.

Supprime o emprego de Capellão do Arsenal de Marinha da Bahia.

Propondo o Presidente da Provincia da Bahia, entre outras providencias adoptaveis para a redução das despesas do Arsenal da Marinha da mesma Provincia, a de não haver nelle Capellão, por se fazer desnecessario, visto poder praticar-se a respeito do Culto Divino, o que antigamente se observava; e Tomando este objecto na devida consideração : Hei por bem, que ficando de nenhum effeito a disposição do Meu Imperial Decreto de 10 de Fevereiro de 1827, tão sómente na parte em que Fui servido Conferir o exercicio de Capellão do referido Arsenal a Frei Luiz Fortuna, tenha este o destino que pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha fór indicado.

O Marquez de Paranaguá, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado da mesma Repartição, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Setembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Paranaguá.*

~~~~~

DECRETO — DE 27 DE SETEMBRO DE 1830.

Concede a José Bernardes Monteiro, Director do Theatro de S. Pedro de Alcantara, tres loterias para sustentação do mesmo Theatro.

Attendendo ao que Me representou José Bernardes Monteiro, na qualidade de Director do Imperial Theatro de S. Pedro de Alcantara, sobre o augmento excessivo das despezas indispensaveis com os seus espectaculos, e á falta de meios sufficientes para suppril-as: Hei por bem Conceder-lhe a faculdade necessaria para a extracção de tres loterias de cento e vinte contos de réis cada uma, que lhe ficam pertencendo como propriedade sua particular, e que serão extrahidas pelo plano das ultimas concedidas a beneficio do mesmo Theatro; com a declaração porém de que o producto liquido de doze por cento das mesmas tres loterias, e o rendimento dos espectaculos servirão não só para o pagamento de todas as despezas precisas na sustentação delles até o carnaval do anno futuro com a Companhia Nacional e a de Dança, mas tambem para o de qualquer quantia de que seja, ou possa vir a ser credor o mesmo José Bernardes Monteiro por gastos feitos no Theatro até a referida época.

O Visconde de Alcantara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, o tenha assim entendido, e exponha os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Setembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Alcantara.

~~~~~

## DECRETO — DE 27 DE SETEMBRO DE 1830.

Concede autorização a José Maria Velho da Silva para organizar uma Companhia para os trabalhos de mineração nas Províncias de Minas Geraes, Goyaz ou Mato Grosso.

Tendo-me requerido José Maria Velho da Silva, Meu Guarda-Roupa, a permissão de formar uma Companhia de nacionaes e estrangeiros, para o fim de empreender trabalhos de mineração na Provincia de Minas Geraes, ou na de Goyaz, ou na de Mato Grosso, com as condições que já se tem estabelecido para outras semelhantes sociedades, e que serão por mim approvadas: Hei por bem Autorizar-o para a formação da dita Companhia, ficando os socios sujeitos ás Leis do Imperio, e obrigados a pagar os impostos nellas declarados, ou que no futuro se determinarem.

O Visconde de Alcantara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim e tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Setembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Alcantara.*

*Em Representação*

## DECRETO — DE 30 DE SETEMBRO DE 1830.

Exonera o Marquez de Barbacena do cargo do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda por ter de prestar contas das grandes despezas que fizera pela caixa de Londres.

Convindo liquidar-se quanto antes a divida de Portugal, contrahida pelo Tratado de 29 de Agosto de 1823, e sendo necessario para esse fim tomarem-se primeiramente as contas da Caixa de Londres, examinando se as grandes despezas feitas pelo Marquez de Barbacena, do Meu Conselho de Estado, tanto com Sua Magestade Fidelíssima, Minha Augusta Filha, como com os emigrados portuguezes em Inglaterra, e especialmente com o men

casamento; e não podendo estas verificarem-se legalmente, exercendo ao mesmo tempo o mencionado Marquez o lugar de Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda: Hei por bem demittir-o do dito cargo de Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Setembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Alcantara.*



**DECRETO — DE 21 DE OUTUBRO DE 1830.**

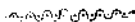
Proroga a sessão extraordinaria da Assembléa Geral Legislativa até o dia 30 de Novembro.

Tendo ouvido o Meu Conselho de Estado: Hei por bem Prorogar a Assembléa Geral Legislativa até o dia 30 de Novembro proximo futuro.

José Antonio da Silva Maya, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e um de Outubro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maya.*



**DECRETO — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1830.**

Manda dispensar do serviço de segunda linha os supplentes dos Fiscaes, e Ajudantes de Porteiro das Camaras Municipaes.

Ampliando as disposições do Decreto de 25 de Novembro de 1829, sobre a classe dos empregados das Camaras Municipaes, que devem ser dispensados do

serviço de segunda linha: Hei por bem, que igualmente sejam dispensados daquelle serviço de segunda linha os supplentes dos Fiscaes, e ajudantes de Porteiro, emquanto se acharem em effectivo exercicio destes empregos.

O Conde do Rio Pardo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Paço em quatro de Novembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial.

*Conde do Rio Pardo.*

*Ante a Magestade*

DECRETO — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1830.

Crêa uma cadeira de primeiras letras para meninas na villa de Nova Friburgo.

Considerando de urgente necessidade a creação de uma cadeira de primeiras letras, para meninas, na villa de Nova Friburgo: Hei por bem crear a referida cadeira, com o ordenado annual de trezentos mil réis, pagos pelo Thesouro Publico.

José Antonio da Silva Maya, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Novembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maya.*

## DECRETO — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1830.

Manda que na Provincia de Mato Grosso se conservem no exercicio de Officiaes de quarteiros os cidadãos alistados na segunda linha.

Tendo-se reconhecido a difficuldade de se pôr em execução na Provincia de Mato Grosso, o disposto no art. 3.º do Decreto de 21 de Janeiro do corrente anno, sobre os empregos militares, que são incompativeis de se exercerem conjuntamente com as funcções de Juizes de Paz, e seus empregados; Hei por bem Determinar, que naquella Provincia se conservem no exercicio dos empregos de Officiaes de quarteiros os cidadãos alistados na segunda linha, ficando isentos do serviço desta, enquanto nelles se occuparem; visto serem poucos os individuos, que ahí ha, que não sejam alistados na mesma segunda linha.

O Conde do Rio Pardo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Paço em dezasete de Novembro de mil oito centos e trinta, nono da Independencia, e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial.

*Conde do Rio Pardo.*

## CARTA IMPERIAL. — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1830.

Concede a Carlos Bertram a propriedade e uso exclusivo por 10 annos do alambique de destillação, de que é inventor.

D. Pedro, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil. Faço saber aos que esta minha Carta virem que, attendendo ao que Me representou Carlos Bertram, depois de ter satisfeito ao que determina a Carta de lei de 28 de Agosto do corrente anno: Hei por bem, Tendo ouvido o Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, conceder ao dito Carlos Bertram, pelo tempo de 10 annos, a propriedade e uso exclusivo

do alambique de destillação, de que é inventor, ficando no gozo das garantias, e sujeito ás clausulas e condições expressadas na mesma lei, e sendo obrigado a pôr em pratica dentro de dous annos, contados da data desta, a referida invenção, na conformidade da exposição e desenho que depositou no respectivo archivo. E por firmeza de tudo o que dito é lhe Mandei dar esta Carta, por Mim assignada e sellada com o sello das Minhas Armas. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos dezoito dias do mez de Novembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

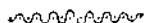
Imperador com a rubrica e guarda.

*José Antonio da Silva Maya.*

*Carta pela qual Vossa Magestade Imperial, Ha por bem conceder, pelo tempo de 10 annos, a Carlos Bertram, a propriedade e uso exclusivo do alambique de destillação, de que é inventor, como nella se declara.*

Para Vossa Magestade Imperial vêr.

*Albino dos Santos Pereira a fez.*



#### CARTA IMPERIAL. — DE 26 DE NOVENBRO DE 1830.

Concede a Fernando Joaquim de Mattos a propriedade e uso exclusivo por 20 annos de uma moenda de engenho de moer canna de que é inventor.

D. Pedro, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil. Faço saber aos que esta minha Carta virem que, attendendo ao que Me representou Fernando Joaquim de Mattos, depois de ter satisfeito ao que determina a Carta de Lei de 28 de Agosto do corrente anno: Hei por bem, Tendo ouvido o Procurador da Corôa, Solberania e Fazenda Nacional, conceder ao dito Fernando Joaquim de Mattos, pelo tempo de 20 annos, a propriedade e uso exclusivo de uma moenda de engenho de moer canna, da qual é inventor, ficando no gozo das garantias, e sujeito ás clausulas e condições expressadas na mesma lei, e sendo obrigado dentro de dous annos,

contados da data desta, a pôr em pratica o referido invento, na conformidade da exposição e desenho que depositou no respectivo archivo. E por firmeza de tudo o que dito é lhe Mande dar esta Carta por Mim assignada e sellada com o sello das Minhas Armas. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte e seis dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

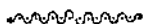
Imperador com rubrica e guarda.

*José Antonio da Silva Maya.*

*Carta pela qual Vossa Magestade Imperial Ha por bem conceder a Fernando Joaquim de Mattos, pelo tempo de 20 annos a propriedade e uso exclusivo de uma moenda de engenho de moer canna, da qual é inventor, como nella se declara,*

Para Vossa Magestade Imperial vêz.

*Albino dos Santos Pereira a fez.*



#### CARTA IMPERIAL. — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1830

Concede a Fernando Joaquim de Mattos, a propriedade e uso exclusivo por 20 annos de uma roda motora applicavel a qualquer engenho, de que é inventor.

D. Pedro, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil. Faço saber aos que esta minha Carta virem que, attendendo ao que Me representou Fernando Joaquim de Mattos, depois de ser satisfeito o que determina a Carta de Lei de 28 de Agosto do corrente anno: Hei por bem, Tendo ouvido o Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, conceder ao dito Fernando Joaquim de Mattos, pelo tempo de 20 annos, a propriedade e uso exclusivo de uma roda motora, por elle inventada, e applicavel a qualquer engenho, ficando no gozo das garantias, e sujeito ás clausulas e condições expressadas na mesma lei, e sendo obrigado dentro de



dous annos, contados da data desta, a pôr em pratica o referido invento, na conformidade da exposição e desenho que depositou no respectivo archivo. E por firmeza de tudo que dito é lhe Mandeí dar esta Carta, por Mim assignada e sellada com o sello das Minhas Armas. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte e seis dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Imperador com rubrica e guarda.

*José Antonio da Silva Maya.*

*Carta pela qual Vossa Magestade Imperial Ha por bem conceder a Fernando Joaquim de Mattos, pelo tempo de 20 annos, a propriedade e uso exclusivo de uma roda motora, por elle inventada e applicavel a qualquer engenho, como nella se declara.*

Para Vossa Magestade Imperial ver.

*Albino dos Santos Pereira a fez.*



DECRETO — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1830.

Dá instrucções para execução da Lei de 10 do Setembro ultimo sobre passaportes.

Para execução da Carta de Lei de dez de Setembro ultimo na parte que respeita á Repartição da Marinha: Hei por bem que se observe as Instrucções que com este baixam, assignadas pelo Marquez de Paranaguá, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha. O mesmo Marquez o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Paranaguá.*

**Instrucções para execução da Carta da Lei de dez de Setembro ultimo, a que se refere o Decreto datado de hoje.**

1.<sup>a</sup> Os passaportes que d'ora em diante se derem ás embarcações empregadas na navegação de cabotagem, serão conformes ao formulario junto Letra — **A** —, e tirados em pergaminho, de uma chapa, que para esse fim se mandará abrir.

2.<sup>a</sup> O — Visto — a que, na conformidade da citada Lei, estão sujeitos semelhantes passaportes, em cada uma das viagens que fizerem as respectivas embarcações, será escripto no passaporte, segundo o formulario, tambem junto, Letra — **B** —, e o assignará a mesma Autoridade que assignar o passaporte.

3.<sup>a</sup> Numerar-se-hão taes passaportes, e serão registrados em livro especial.

4.<sup>a</sup> O pergaminho em que se estamparem, será fornecido á custa das partes a que os mesmos pertencem.

5.<sup>a</sup> Continuar-se-hão a remetter por esta Secretaria de Estado, para todas as Provincias do Imperio, os exemplares de passaportes do mesmo modo até aqui praticado; devendo porém acompanhar uma conta da importancia do pergaminho em que forem estampados, os que se destinam aos navios de cabotagem, para que exigindo-se das partes o pagamento da sua importancia, á proporção que se forem emittindo, seja a mesma importancia remettida para o cofre desta Secretaria de Estado, por onde se tem adiantado semelhante despeza.

6.<sup>a</sup> Os documentos, em virtude dos quaes são expedidos os passaportes de cabotagem, deverão conter todas as declarações que mencionam; ficando as autoridades a quem compete a organização, ou fiscalisação dos ditos documentos, responsaveis por qualquer abuso a tal respeito.

Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Dezembro de 1830 — *Marquez de Paranaguá.*

**Formularios a que se referem as instrucções  
acima.**

**A.**



**IMPERIO DO BRAZIL.**

F..... Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da  
Marinha, etc.

Faço saber aos que este passaporte virem, que a embarcação denominada....., armada....., de que proprietario ..... se acha autorizada, em conformidade da Carta de Lei de dez de Setembro de mil oitocentos e trinta, para com o mesmo passaporte empregar-se na navegação de cabotagem, não lhe sendo reformado senão no caso de mudar de dono, de nome, ou de forma d'armação, ficando sujeito ao «visto» da autoridade competente para continuar em suas viagens, sendo a presente para..... e levando por Mestre a..... o qual, e o sobredito proprietario são subditos do Imperio; sem que no dito ..... tenha parte pessoa alguma estrangeira. E porque pôde ser encontrada nos mares, e portos deste Imperio pelos Commandantes e Officiaes das embarcações de guerra e mais autoridades do mesmo Imperio; Ordena Sua Magestade o Imperador, que lhe não ponham impedimento algum; e Recommenda aos Commandantes e Officiaes das armadas, esquadras, e mais embarcações dos Reis, Principes, Republicas, Potentados, Amigos, e Alliados desta Corôa, lhe não embarquem a sua viagem, antes para a fazer lhe deem a ajuda, e favor, de que necessitar, na certeza de que com os Recommendados pelos seus Principes se terá o mesmo tratamento. Em fé do que lhe mando dar este passaporte, por mim assignado, e sellado com o Sello Grande das Armas Imperiaes. Palacio do Rio de Janeiro,..... dia do mez de..... do anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos.....

Por ordem de Sua Excellencia

Registrado a fls.... do Livro....  
dos passaportes de navios de  
Cabotagem. Secretaria de Estado  
em.... de..... de mil oito-  
centos

**B.**

Visto, e averbado. Segue viagem para.... levando  
por Mestre a..... Palacio do..... em.... de..... de  
mil oitocentos e.....

## CARTA IMPERIAL — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1830.

Concede a Eliza Roux a propriedade e uso exclusivo por 10 annos de uma machina para a loção do ouro, de que é inventor, e lhe fez cessão Frederico Bauer.

Dom Pedro, por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil. Faço saber aos que esta Minha Carta virem que, attendendo ao que Me representou Eliza Roux, depois de ter satisfeito ao que determina a Carta de Lei de 28 de Agosto do corrente anno: Hei por bem, Tendo ouvido o Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Conceder a Eliza Roux, pelo tempo de 10 annos, a propriedade e uso exclusivo de uma machina para a loção do ouro, da qual é inventor, e lhe fez cessão por escriptura publica Frederico Bauer, ficando no gozo das garantias, e sujeita ás clausulas e condições expressadas na mesma Lei, e sendo obrigada dentro de dous annos, contados da data desta, a pôr em pratica o referido invento, na conformidade da exposição e desenho que depositou no respectivo archivo: E por firmeza de tudo o que dito é lhe mandei dar esta Carta, por mim assignada, e sellada com o sello das Minhas Armas. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos quatorze dias do mez de Dezembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Imperador com rubrica e guarda.

*José Antonio da Silva Maya.*

*Carta pela qual Vossa Magestade Imperial Ha por bem conceder a Eliza Roux, pelo tempo de 10 annos, a propriedade e uso exclusivo de uma machina para loção do ouro, de que é inventor e lhe fez cessão Frederico Bauer, como nella se declara.*

Para Vossa Magestade Imperial ver.

*Joaquim José Lopes a fez.*



## DECRETO — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1830.

Supprime o lugar do Intendente da Marinha da Província do Rio Grande do Sul.

Tendo-se na Lei do orçamento das despesas para o anno financeiro, que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos trinta e um ao ultimo de Junho de mil oitocentos trinta e dous, supprimido o ordenado e maioria de soldo do Intendente da Marinha da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e não devendo portanto continuar a haver alli semelhante emprego: Hei por bem Dispensar delle ao Capitão de Mar e Guerra Antonio Joaquim do Couto que o exercia.

O Marquez de Paranaguá, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Paranaguá.*



## DECRETO — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1830.

Dissolve os batalhões compostos de estrangeiros.

Na conformidade da Carta de Lei de 24 de Novembro do corrente anno, sobre a fixação das forças de terra: Hei por bem que sejam dissolvidos os batalhões compostos de estrangeiros: 2.º de granadeiros; de fuzileiros; 27 e 28 de caçadores de primeira linha do Exercito. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos necessarios. Paço em vinte de Dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Conde do Rio Pardo.*



## DECRETO — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1830.

Concede duas loterias para as obras da Matriz do Santissimo Sacramento desta Cidade.

Attendendo ao que Me representaram o Provedor e Mesarios da Irmandade do Santissimo da freguezia do Sacramento desta Córte, sobre o auxilio, de que necessitam, para a continuação da obra da sua Igreja, para a qual não foi bastante o producto das seis loterias que lhes foram concedidas por Decreto de seis de Fevereiro de mil oitocentos vinte e sete: Hei por bem Conceder-lhes a extracção de mais duas loterias, cada uma do capital de oitenta contos de réis, na fôrma do plano, que com este baixa assignado por José Antonio da Silva Maya do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio; procedendo-se á extracção das ditas loterias na mesma conformidade das antecedentes.

O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e dous de Dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maya.*

**Plano de duas loterias concedidas por Decreto de 22 de Dezembro de 1830 a Irmandade do Santissimo da freguezia do Sacramento desta Córte.**

|       |                                |             |
|-------|--------------------------------|-------------|
| 1     | Premio de.....                 | 14:000\$000 |
| 1     | „ „.....                       | 7:000\$000  |
| 1     | „ „.....                       | 3:000\$000  |
| 1     | „ „.....                       | 2:000\$000  |
| 2     | „ „ 1:000\$000                 | 2:000\$000  |
| 6     | „ „ 500\$000                   | 3:000\$000  |
| 12    | „ „ 200\$000                   | 2:400\$000  |
| 20    | „ „ 100\$000                   | 2:000\$000  |
| 60    | „ „ 50\$000                    | 3:000\$000  |
| 1559  | „ „ 20\$000                    | 31:180\$000 |
| 1     | Primeira branca.....           | 410\$000    |
| 1     | Ultima branca.....             | 410\$000    |
| 4.665 | Premios. { Premio a favor..... | 9:600\$000  |
| 3.335 | Branco. {                      |             |
| 5.000 | Bilhetes a 16\$000.....        | 80:000\$000 |

Os bilhetes desta loteria serão de dezaseis mil réis cada um ; porém também se venderão bilhetes de oito mil réis, e com elles se cobrará metade do premio, que sahir ao numero, que elle indicar ; descontando-se como é costume, doze por cento a beneficio das obras da nova Igreja Matriz do Santissimo Sacramento desta Córte.

Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Dezembro de 1830.  
— *José Antonio da Silva Maya.*



#### DECRETO — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1830.

Dá providencias para que não soffra o serviço publico durante a visita de Sua Magestade o Imperador á Provincia de Minas Geraes.

Tendo determinado visitar a Provincia de Minas Geraes, e cumprindo que não padeça com detrimento publico o expediente dos negocios durante a minha ausencia, Hei por bem que os Meus Ministros e Secretarios de Estado continuem no despacho ordinario das suas respectivas Secretarias, expedindo-o em Meu Nome, como se presente estivesse, sendo supprida a falta de qualquer delles pelo mais antigo ou pelo mais graduado na concurrencia de igual antiguidade. E Hei, outrosim, por bem autorizar-os para tomarem, reunidos, na conformidade das Leis existentes, quaesquer medidas que se julgarem urgentes e proficuas á publica segurança e tranquillidade, que muito particularmente lhes recomendo. Os mesmos Ministros e Secretarios de Estado o tenham assim entendido e executem. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maya.*



## DECRETO—DE 24 DE DEZEMBRO DE 1830.

Encarrega o Ministro da Justiça do expediente do Ministerio do Imperio durante a ausencia do respectivo Ministro que acompanha Sua Magestade o Imperador á Provincia de Minas-Geraes.

Querendo Eu que o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, José Antonio da Silva Maya, Me acompanhe na viagem que tenho resolvido fazer á Provincia de Minas-Geraes: Hei por bem Encarregar o expediente da mesma Repartição, interinamente, ao Visconde de Alcantara, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maya.*



## DECRETO—DE 24 DE DEZEMBRO DE 1830.

Nomeia os membros da commissão que deve tomar contas á caixa, de Londres.

Hei por bem Nomear para membros da commissão que nesta Côte deve tomar conta á caixa de Londres, na conformidade da Lei novissima de 4 do corrente, que extinguiu a dita caixa, a Marianno Pinto Lobato, primeiro Escripturario do Thesouro Nacional; a Joaquim Teixeira de Macedo, Escripturario da Caixa de Amortização; e a Antonio José da Silva Junior, negociante desta praça.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Thesouro Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios, ministrando aos referidos commissarios para o desempenho desta commissão as instrucções indicadas no art. 2.º da sobredita Lei. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.*





## CARTA IMPERIAL—DE 29 DE DEZEMBRO DE 1830.

Concede a José Paulo Figueirôa Nabuco a propriedade e uso por 20 annos de diversos trabalhos sobre a administração publica, de que é autor.

Dom Pedro por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil. Faço saber aos que esta Minha Carta virem que, attendendo ao que Me representou José Paulo Figueirôa Nabuco, do Meu Conselho, depois de ter satisfeito ao que determina a Carta de Lei de 28 de Agosto de 1830: Hei por bem, Tendo ouvido o Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Conceder ao dito José Paulo Figueirôa Nabuco, por tempo de 20 annos, a propriedade e uso exclusivo da collecção chronologica e systematica da legislação da Fazenda e seu appendice, de que é inventor, e igualmente de outra collecção respectiva aos demais ramos da publica administração, e do indice remissivo das mesmas collecções, que pretende publicar, ficando no gozo das garantias, e sujeito ás clausulas e condições expressadas na mesma Lei. E por firmeza de tudo o que dito é lhe mandei dar esta Carta por Mim assignada, e sellada com o sello das Minhas Armas. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte e nove dias do mez de Dezembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Imperador com Rubrica e Guarda.

*José Antonio da Silva Maya.*

*Carta pela qual Vossa Magestade Imperial Ha por bem Conceder a José Paulo Figueirôa Nabuco, do Seu Conselho, pelo tempo de 20 annos, a propriedade e uso exclusivo da collecção chronologica e systematica da legislação de Fazenda e seu appendice, de que é inventor, e tambem de outra igual collecção respectiva aos demais ramos da administração publica, e do indice remissivo das mesmas collecções, que pretende publicar, como nella se declara.*

Para Vossa Magestade Imperial vêr.

*Luiz José Lopes, a fez.*



## CARTA IMPERIAL—DE 30 DE DEZEMBRO DE 1830.

Concede a Joaquim Marques de Oliveira e Souza a propriedade e uso exclusivo, por 10 annos, de uma cadeira de rodas para conducção de aleijados, de que é inventor.

Dom Pedro, Por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil : Faço saber aos que esta Minha Carta virem que, Attendendo ao que me representou Joaquim Marques de Oliveira e Souza, depois de ter satisfeito ao que determina a Carta de Lei de 28 de Agosto de 1830 : Hei por bem, Tendo ouvido o Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Conceder ao dito Joaquim Marques de Oliveira e Souza, pelo tempo de 10 annos, a propriedade e uso exclusivo de uma cadeira de rodas, de sua invenção, para conducção de aleijados, ficando no gozo das garantias, e sujeito ás clausulas e condições expressadas na mesma Lei, e sendo obrigado dentro de dous annos, contados da data desta, a pôr em pratica o referido invento, na conformidade da exposição e desenho que depositou no respectivo archivo. E por firmeza de tudo o que dito é lhe mandei dar esta Carta, por mim assignada, e sellada com o sello das Minhas Armas. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos trinta dias do mez de Dezembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Imperador com rubrica e Guarda.

*Visconde de Alcantara.*

*Carta pela qual Vossa Magestade Imperial Ha por bem Conceder a Joaquim Marques de Oliveira e Souza, pelo tempo de 10 annos, a propriedade e uso exclusivo de uma cadeira de rodas, de que é inventor, para conducção de aleijados, como acima se declara.*

Para Vossa Magestade Imperial ver.

*Joaquim José Lopes a fez.*



## **ADDITAMENTO.**

**Falla com que Sua Magestade o Imperador  
abriu a Assembléa Geral no dia 3 de Maio  
de 1830.**

**AUGUSTOS, E DIGNISSIMOS SENHORES REPRESENTANTES  
DA NAÇÃO.**

Cheio de prazer venho abrir a primeira sessão da segunda legislatura deste Imperio, e muito folgo, podendo annunciar á Assembléa Geral Legislativa o meu consorcio com a Serenissima Princeza D. AMELIA AUGUSTA EUGENIA DE LEUCHTENBERG, actual imperatriz, minha muito amada, e prezada mulher.

Com a desejada vinda de minha Augusta Esposa teve lugar o regresso da Joven Rainha de Portugal, e Algarves, minha amada e querida filha, que (não abandonando a sua causa) ora se acha debaixo da minha protecção, e tutela; e posto que eu, na qualidade de Pai, e de tutor, deva defender a causa da mesma Soberana, todavia serei fiel á minha palavra dada á Assembléa de não comprometter a tranquillidade, e interesses do Brazil em consequencia de Negoeios de Portugal.

Ao vosso cuidado, e phylantropia recommendo os emigrados portuguezes, que, tendo precedido, e mesmo acompanhado a sua legitima Rainha, se acham nesta Córte carecidos de soccorros.

Muito me lisongêa poder communicar á Assembléa Geral que continuam firmes as relações de amizade, e harmonia entre mim, e os mais Soberanos, e Estados de um e outro hemispherio.

Tratados de commercio e navegação com El-Rei dos Paizes Baixos, e com os Estados-Unidos hei ratificado. Cópias authenticas destes actos já vos foram apresentadas pelo meu Ministro da repartição competente no fim da ultima sessão da passada legislatura.

Eu me congratulo convosco pelo socego, que reina em todas as Provincias do Imperio.

O meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, na forma, que a Constituição manda, vos fará saber os motivos, que obrigaram o Governo a suspender temporariamente algumas das garantias individuaes na Provincia do Ceará.

Vigilante e empenhado em manter a boa ordem, é do meu mais rigoroso dever lembrar-vos a necessidade de reprimir, por meios legais, o abuso, que continúa a fazer-se da liberdade da imprensa em todo o Imperio. Semelhante abuso ameaça grandes males; á Assembléa cumpre evitá-los.

Os negocios de Fazenda e Justiça, que por mim tantas vezes têm sido recommendados, devem merecer-vos todo o zêlo, e cuidado, que a nação espera encontrar da parte de seus representantes. O melhoramento destes dous tão importantes ramos da publica administração é de um interesse vital para a prosperidade do Imperio.

O Exercito, e Marinha não podem deixar de merecer tambem a vossa attenção; aquelle carece de uma organização vigorosa, e regular; esta requer algumas reformas indispensaveis. A situação geographica do Imperio aconselha, como prudente e necessaria, a conservação de forças, tanto de mar, como de terra.

O trafico de escravatura cessou, e o Governo está decidido a empregar todas as medidas, que a boa fé, e a humanidade reclamam para evitar sua continuação de baixo de qualquer forma, ou pretexto que seja; portanto julgo de indispensavel necessidade indicar-vos que é conveniente facilitar a entrada de braços uteis. Leis, que autorizem a distribuição de terras incultas, e que afiancem a execução dos ajustes feitos com os colonos, seriam de manifesta utilidade, e de grande vantagem para a nossa industria em geral.

A educação da mocidade, que tem constantemente sido o objecto de minha Imperial solicitude, requer toda a vossa attenção. E' mister que os principios da Religião Catholica, Apostolica Romana, que professamos, e que os preceitos da moral christã sejam cuidadosamente ensinados, e praticados nas escolas elementares em todo o Imperio.

Eu deixo á consideração desta Assembléa as recommendações, que acabo de fazer-lhe. Confio na sabedoria e patriotismo, que devem presidir aos trabalhos da presente sessão, e que podem attrahir sobre os legisladores as benções de todo o Brazil reconhecido.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação. Conto com a vossa cooperação. Mostrai que sois Brasileiros, que só tendes em vista o interesse geral do Brazil, a consolidação do systema Monarchico Constitucional Representativo, e o Esplendor do meu Imperial Throno.

Está aberta a sessão.

IMPERADOR CONSTITUCIONAL, E DEFENSOR PERPETUO  
DO BRAZIL.



### ACTO DIPLOMATICO— DE 26 DE MAIO DE 1830.

Declaração dos Commissarios do Brazil e das Provincias Unidas do Rio da Prata, sobre a Constituição Política da Provincia de Montevidéo.

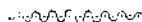
Os abaixo assignados, Miguel Calmon du Pin e Almeida, do Conselho de Sua Magestade o Imperador do Brazil, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e o General D. Thomaz Guido, Ministro e Secretario de Estado nos Departamentos do Governo e Relações Exteriores do Governo de Buenos-Ayres, Commissarios nomeados pelos seus respectivos Governos do Brazil e das Provincias Unidas do Rio da Prata, conforme o art. 7.º da Convenção Preliminar de Paz, assignada entre os referidos Governos, aos 27 de Agosto de 1828, nesta Corte do Rio de Janeiro, e ratificada no dia 30 do mesmo mez por Sua Magestade Imperial, e no dia 29 de Setembro do mesmo anno pelo Governo da União do Rio da Prata: e devidamente autorizados pelos seus Plenos Poderes, que foram achados em boa e devida fórma, para examinarem se a Constituição Política da Provincia de Montevidéo, formada pelos Representantes della, em virtude da mencionada Convenção, contém algum artigo ou artigos, que se oppoñham á segurança dos seus respectivos Estados: tendo procedido ao determinado exame com toda a madureza e circumspecção, declaram do modo o mais explicito e solemne, e de commum e mutuo accôrdo, que na Constituição formada para a dita Provincia de Montevidéo, que tem por titulo—Constituição da Republica Oriental do Uruguay—sanccionada no dia 10 de Setembro de 1829

pela Assembléa Geral Legislativa e Constituinte da mesma Republica, firmada pelo Presidente da referida Assembléa, e Deputado por Montevideó, Silvestre Blanco, e por mais 28 Deputados: a saber, 7 por Montevideó, 2 pelo Serro Largo; 4 por S. Domingos Soriano; 3 por S. José; 2 pela Colonia; 4 por Maldonado; 2 por Paysandú; 2 por Canelones; 1 por Dorazno; e 1 por Sandú: e pelos Secretarios Miguel A. Berro, Manoel J. Errazquin; e finalmente, tal qual foi apresentada aos seus respectivos Governos, impressa e sellada pelos Encarregados de Negocios da mesma Republica na Côte do Brazil, ena Cidade de Buenos-Ayres, não existe artigo ou artigos alguns, que se opponham á segurança do Imperio do Brazil, e da Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata; e que, por consequencia, pôde ser immediatamente jurada, e devidamente executada pela fórma adoptada e prescripta na mesma Constituição em toda a Republica Oriental do Uruguay. Em fê do que os Commissarios abaixo assignados, nomeados pelos Governos do Brazil e Provincias Unidas do Rio da Prata, em virtude de seus Plenos Poderes, assignaram com os seus punhos esta Declaração, e lhe fizeram pôr o sello de suas armas.

Feita na Cidade do Rio de Janeiro aos vinte e seis do mez de Maio do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta.

*Miguel Calmon du Pin e Almeida.*

*Thomaz Guido.*



**Falla com que Sua Magestade o Imperador encerrou a sessão ordinaria da Assembléa Geral Legislativa, no dia 3 de Setembro de 1830.**

**AUGUSTOS E DIGNISSIMOS SENHORES REPRESENTANTES  
DA NAÇÃO.**

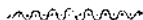
Muito sinto dever significar á Assembléa Geral quanto Me foi desagradavel que chegasse o tempo marcado para o encerramento desta sessão sem que tivessem sido

expedidos alguns actos, que a Constituição do Imperio exige, que Eu havia recommendado, e que a Nação toda esperava do patriotismo dos seus Representantes.

Cumprindo-me porém, como o primeiro, e mais interessado pela prosperidade do Brazil, occorrer com prompto e legal remedio aos males da patria, e reconhecendo a urgencia, e indispensabilidade de algumas medidas legislativas que ficaram pendentes, e de outras, que as criticas circumstancias, em que está o Brazil, reclamam : Tenho resolvido convocar extraordinariamente a Assemblêa Geral ; a fim de que trate daquelles objectos, que na Falla do Throno Eu houver por bem indicar-lhe.

Está fechada a sessão.

IMPERADOR CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPETUO  
DO BRAZIL.



**Falla com que Sua Magestade o Imperador  
abriu a sessão extraordinaria da Assemblêa  
Geral Legislativa, no dia 8 de Setembro de  
1830.**

AUGUSTOS E DIGNISSIMOS SENHORES REPRESENTANTES  
DA NAÇÃO.

Convoquei extraordinariamente a Assemblêa Geral para recommendar ao seu zelo e sabedoria aquellas medidas, que julgo mais urgentes, e indispensaveis na crise actual, afim de remover os grandes males, que pesam sobre Meus fieis subditos, e promover a felicidade geral do Imperio. As medidas, que entendo dever indicar á Assemblêa Geral, são :

A conclusão das Leis que devem, segundo determina a Constituição, fixar as forças, tanto de terra, como de mar, ordinarias e extraordinarias.

A conclusão da Lei do Orçamento.

Um prompto e efficaz remedio para melhorar, quanto antes, a circulação do papel moeda, e da moeda de cobre.

A organização de um Banco Nacional.



A discussão das propostas, que na sessão ordinaria deste anno, Fui Servido mandar apresentar á Assembléa, e daquellas, que possam ser feitas pelo Governo.

A discussão do Código penal, e do processo criminal.

Uma Lei, que regule a justa arrecadação dos dizimos.

Finalmente espero ver tomadas na consideração, que merecem, as representações e propostas mais interessantes dos Conselhos Geraes das Provincias.

Taes são, Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação, os assumptos, que Me pareceram mais importantes, e que deverão atrahir a vossa attenção, e merecer o vosso zelo na presente sessão extraordinaria. A necessidade das medidas, que Acabo de indicar-vos, é manifesta, a sua utilidade é obvia, e as criticas circumstancias as exigem immediata, e imperiosamente.

Está aberta a sessão.

IMPERADOR CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPETUO  
DO BRAZIL.



**Falla com que Sua Magestade o Imperador encerrou a sessão extraordinaria da Assembléa Geral Legislativa, no dia 30 de Novembro de 1830.**

AUGUSTOS E DIGNISSIMOS SENHORES REPRESENTANTES  
DA NAÇÃO.

Eu Venho fechar esta sessão extraordinaria, Louvando cada uma das Camaras em separado pela fiel execução do art. 61 da Constituição do Imperio, e a Assembléa Geral pelo complemento de grande parte de seus trabalhos.

O Código Criminal, a Lei do Orçamento, a Lei da fixação das forças de terra, e a da fixação das forças de mar, são provas sobejas e não equivocadas do interesse, que a Assembléa Geral toma pela briosa nação, que representa.

Muito Sinto comtudo que no tempo da sessão ordinaria, que durante o da extraordinaria, e o da prorogação, não pudesse ter tido lugar o decretar-se o melhoramento do meio circulante, que tantos males causa ao Brazil em geral, e a esta Provincia em particular; mas trabalhos interessantes, e que requeriam grande attenção, e tempo, impediram certamente que a Assembléa Geral pudesse dispensar mais este beneficio.

Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação, Eu conto que a Assembléa Geral se occupará na futura sessão ordinaria de tão importante, urgente, e vital negocio, do qual depende o bem estar de Meus fideis subditos, a consolidação do Systema Monarchico Constitucional, e a gloria da Assembléa Geral.

Está fechada a sessão.

IMPERADOR CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPETUO  
DO BRAZIL